



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

### MUNICÍPIO DE VINHAIS

#### Acta da Sessão Ordinária realizada em 2006/06/23

Aos vinte e três dias do mês de Junho do ano de dois mil e seis, nesta Vila de Vinhais e Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e trinta minutos, foi declarada aberta a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa era constituída da forma seguinte:

**PRESIDENTE:** Nuno dos Santos Teixeira da Costa Gomes;

**1.º SECRETÁRIO:** Eduardo Vicente Roxo;

**2.º SECRETÁRIO:** Eduardo Martins Rodrigues.

Apresentaram justificações de faltas os Senhores membros Miguel Joaquim Linhas, António Augusto Gonçalves, Armindo António Santos, Armando António Martins Vara, António João Margarido Alves e Octávio Manuel Gonçalves Ferro.

Faltaram sem apresentar justificação os Senhores membros António Francisco Silva, Hilário de Assis Gonçalves Pires, José Augusto Pinheiro, Alfredo José Fernandes e Humberto da Cruz Carneiro.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da reunião, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 – Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 – Ordem do Dia
- 2.1 - Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
- 2.2 - Leitura resumida do expediente;
- 2.3 – Período de intervenções;
- 2.4 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
- 2.5 – Carta Educativa do Concelho de Vinhais;
- 2.6 – CACOVIN AGROINDUSTRIA, LDA – Constituição de Sociedade;

2.7 – Participação Social do Município de Vinhais nas Sociedades Hidroeléctricas do Rabaçal Ponte, Lda. e do Pinhel, Lda. – Alienação de Quotas;

2.8 – 1.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Receita, 2.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.<sup>a</sup> Revisão ao P.P.I;

2.9 – Distribuição do Resultado líquido de 2005;

3- Período reservado ao público.

### **1 - Período de Antes da Ordem do Dia**

Na ausência do Sr. Presidente da Assembleia, o Primeiro Secretário Sr. Dr. Nuno Santos da Costa Gomes presidiu à reunião, passando o Sr. Dr. Eduardo Vicente Roxo a assumir funções de primeiro secretário, sendo convidado sem qualquer oposição, o Sr. Eduardo Martins Rodrigues para fazer parte da Mesa, na qualidade de segundo secretário.

O Presidente em função usou então da palavra para agradecer a presença de todos os membros presentes na Assembleia Municipal e para pedir desculpa pelo facto de alguns dos membros não terem recebido a convocatória. Aproveitou ainda o momento para dar as boas vindas especiais a dois novos membros da Assembleia Municipal, devido a duas desistências por parte da bancada do PSD, tal como se tinha referido na última Assembleia Municipal – Dr.<sup>a</sup> Carla Sarmento e Dr. Alexandre Queijo. Referiu os nomes dos novos membros nomeados – Dr.<sup>a</sup> Julieta de Jesus Pires e o Professor Rui Miguel Martins Rodrigues.

Posteriormente pediu a todos o favor de desligarem os telemóveis, e solicitou que o tempo de intervenções de cada membro fosse o mais reduzido possível.

Relembrou aos senhores membros a necessidade de entregar as fotografias para o cartão de membro da assembleia. Informou ainda que desde a última reunião da Assembleia estão a funcionar os serviços administrativos da Assembleia Municipal, tendo-se já realizado duas reuniões da Comissão Permanente, nas quais foram debatidos alguns problemas e assuntos relacionados com a assembleia municipal. Referiu-se ainda à receptividade por parte da Câmara Municipal, considerou-a excelente na forma como deu resposta a todos os pedidos formulados por esta Assembleia.

Continuou referindo que foi discutido em sede da Comissão Permanente o facto de se aceitar ou não, a alteração de morada. A decisão foi obtida dentro da maior harmonia em conjunto com as duas bancadas em que foi deliberado aceitar a alteração de morada, até à revisão do regimento ser efectuada. Informou que para além da reunião da

Comissão Permanente houve também uma reunião da Comissão de Revisão do Regimento, e que as duas Comissões têm estado a trabalhar em harmonia. Continuou informando os presentes que foi entregue um requerimento assinado por Carlos Alberto Matias Costa e Carlos Abel A. Frias Vieira do teor seguinte:

“Carlos Alberto Matias Costa e Carlos Abel Almendra Frias Vieira, membros da Assembleia Municipal de Vinhais, eleitos pelas listas do PPD/PSD, vem por este meio, requerer, a V. Ex.a, que com a maior brevidade possível lhes sejam facultadas cópias da contabilidade analítica (discriminada por titulares) referente às remunerações do(s) executivo(s) da Câmara Municipal de Vinhais desde Agosto de 2005 até à presente data.”

Sobre este assunto o Sr. Presidente da Assembleia informou os dois membros que já estava em poder da mesa essa informação e podiam, a partir daquele momento, disponibilizá-la.

Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia perguntou aos Senhores membros se alguém desejava usar da palavra.

Inscreveram-se os membros seguintes:

António Miguel Borges Silva

António Abílio Ferreira Barreira

José Henrique Vieira da Silva

Franclim Nascimento Serafim

Usando da palavra o membro Dr. António Miguel apresentou a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia

Ex.mos. Srs. Secretários da Mesa da Assembleia

Ex.mo. Sr. Presidente da Câmara

Ex.mos. Srs. Presidentes de Junta

Ex.mos Srs. Deputados Municipais

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Subo pela primeira vez a este palanque neste mandato autárquico por um motivo triste e de pesar para a nossa comunidade, para em meu nome pessoal e em nome do grupo parlamentar do PPD/PSD prestar uma singela homenagem a um ilustre Vinhaense.

No espaço temporal que medeou estas duas últimas Assembleias Municipais tivemos a triste notícia da morte do Dr. João Vitorino.

O Dr. João Vitorino foi, como todos sabem, um homem que teve uma intensa participação na vida pública e autárquica do nosso concelho.

Pois, mais que não seja, e foi, candidatou-se por mais que uma vez à Presidência da Câmara Municipal.

Com a sua inteligência e habilidade soube e quis escolher o seu lado na luta política mas teve sempre capacidade de saber conviver com todos.

Tinha posições firmes, mas era um pacificador, porque entendia que na participação na vida pública, política e autárquica incluía-se como prioridade a necessidade de conviver com civismo, tendo como objectivo ajudar a melhorar Vinhais e a qualidade de vida dos Vinhaenses.

A convivência que com ele tivemos nas disputas autárquicas travadas, devem-nos servir como reflexo, como norte, como direcção, como forma de estar na vida pública e de comportamentos políticos adequados e desejáveis.

Para cada amigo ele tinha uma palavra amável e para cada pessoa o tratamento respeitoso, dentro da humildade que lhe era própria.

Sinto que me privilegia espiritualmente com o seu exemplo de moderação, opondo-se à intransigência, os seus actos de renúncia apondo-se aos de denúncia, com a amizade até de adversários políticos para encontrar denominadores comuns ao interesse público e colectivo.

Eu sinto o quanto o Dr. João poderia ter sido útil a Vinhais, mas tenho a última convicção de que onde quer que ele se encontre, está a interceder junto de quem possa ajudar, buscando apoio para a construção de um concelho digno dos Vinhaenses e – por extensão, acrescento eu – digno da sua memória.

Assim o grupo parlamentar do PSD vem transmitir os mais sentidos pêsames à família enlutada, em particular e a todos os que sentiram esta perda, em geral.

Queremos ainda deixar aqui duas propostas:

- 1) a primeira, que seja feito por esta assembleia um minuto de silêncio em honra da sua memória;

- 2) a segunda, que a rua onde se situa a casa onde ele nasceu e que tinha o sonho de comprar na localidade de Pinheiro Velho, passe doravante deixar de ser designada como Rua do Forno e seja inscrita na toponímia desta localidade como rua Dr. João Vitorino.

O Dr. João tinha um carinho para o concelho, tinha uma visão, que não era a de um partido, que não era dos meandros e arranjos das politiquices, mas de um homem inteligente e sensível.

Neste sonho o Dr. João vencerá, porque vamos vencer os problemas do nosso concelho, porque Vinhais vencerá.”

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a intervenção e pediu a todos os presentes que a homenagem fosse prestada em pé. Foi feito um minuto de silêncio e no final foi aprovado por unanimidade a proposta apresentada pelo membro António Miguel Borges Silva.

Foi concedido o uso da palavra ao Sr. Presidente de Junta de Vilar Seco, Sr. António Barreira, que começou por cumprimentar a todos e referiu que a sua intervenção estava relacionada com a caça e uma vez que se aproximava a época venatória, pretendia, em virtude de ter sido eleito na reunião de treze de Fevereiro, dar conhecimento que também foi eleito para a Direcção da Primeira Região Cinegética, sediada em Macedo de Cavaleiros. Informou que está no mundo da caça há mais ou menos vinte e dois anos, ou seja, há onze que é Presidente duma associação de caçadores e há dez que é vice-presidente da Federação de caçadores da Primeira Região Cinegética, motivo esse que o levou a aceitar o convite que lhe fizeram na reunião de treze de Fevereiro e está disposto por isso a defender a causa da caça do concelho de Vinhais. Referiu que a caça é a riqueza mais nobre que o concelho tem actualmente, traz amigos e traz pessoas que ficam a conhecer o concelho. Reconheceu a caça como um desporto, que faz bem à saúde e que não é pago por ninguém, porque cada caçador paga por si.

Sobre este assunto alertou que há associativas que não suportam as despesas no ano venatório, outras deixam de ter a sua concessão porque os corpos gerentes não têm formação, nem tempo disponível, porque trabalhar numa associativa é trabalhar de “borla “. Este conhecimento advém-lhe do facto de ter à sua responsabilidade cento e quarenta associativas do nosso país, e por esse motivo tem conhecimento das necessidades que existem.

Referiu que a Federação da primeira Região Cinegética está a fazer com que os caçadores entendam duma vez por todas, que caçar é um desporto, favorável a tudo e a todos.

Esclareceu alguns tópicos relativamente às associativas, nomeadamente as zonas de caça associativas que perderam a concessão e que por isso entregam a zona de caça, que até ali funcionou muito bem, a pessoas que nem de longe nem de perto sabem como funciona uma zona de caça. Em sua opinião, perdem-se mais quatro ou seis anos ou até mesmo doze, que é o prazo de concessão, e em vez de se ter caça não se tem nada.

Pedi a todos os presentes que, se tiverem conhecimento de zonas de caça em que as pessoas não são capazes de as gerirem, não se deixem levar por ideias, por contabilistas que por vezes nem do concelho são, e por pessoas que fazem projectos, que dizem que fazem mas só pretendem levar dinheiro. Referiu que a Câmara Municipal está aberta para pegar em tudo e em todos os projectos, e aí sim, serão dirigidos por caçadores.

Dirigiu-se novamente a todos os presentes aconselhando que, quando fazem uma acção de correcção de densidade de javalis, se dirijam à Câmara para pedir as carrinhas traccionárias e funcionários para ajudar. Referiu também que no passado sábado teve uma acção em Sobreiró de Baixo, na zona de caça associativa da Fraga da Moura, numa prova de Santo Huberto.

Questionou ao Sr. Presidente da Junta de Sobreiró de Baixo se pretendia fazer outra acção igual à que foi feita anteriormente. Acrescentou que um dia antes lhe tinham dito que ele e os sócios iam para lá matar as perdizes da zona de caça e passadas duas horas depois da acção feita, disseram-lhe que queriam outra para o outro dia. Considerou ser pessoas interessadas.

Informou que, chegados à Câmara Municipal, que era para fazer uma na Zona de Caça Municipal, e como tinha sido repovoada há pouco tempo, não se fez ali e teve que se dirigir para o campo de treino de Sobreiró, que era relativamente perto. A Câmara Municipal estava optimista, recebeu tudo conforme as cláusulas estavam para ser feitas.

Considerou que só a Câmara Municipal tem o poder, dinheiro e os meios para que as Zonas de Caça Associativa Turísticas e Municipais funcionem no nosso Concelho.

Por último pediu ainda que fizessem duma vez por todas com que o nordeste transmontano seja o epicentro da caça em Portugal. Deixou a convicção que se funcionar assim se chegará lá.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e concedeu o uso da palavra ao Sr. Presidente da Junta de Vinhais.

Cumprimentou todos os presentes e referiu que pretendia fazer publicamente um elogio ao actual executivo da Câmara Municipal. Considerou que não faltam obras em execução, obras orçamentadas e previstas que estão num leque muito alargado para este ano, que é um ano muito difícil em termos orçamentais. Considerou haver duas coisas que não queria deixar passar em claro, referindo-se concretamente à obra que está a ser realizada na chamada “curva do celero”. Considerou ser uma obra que foi negociada e que está a ser executada em prazo recorde. Pretendia por isso dar os parabéns ao Sr. Presidente e felicitar também a equipa camarária que está neste momento na execução. A seu ver é uma obra que está a ser executada em prazo recorde e tudo feito por funcionários da Câmara. Em segundo felicitou mais uma vez o Sr. Presidente por uma eleição que decorreu há pouco tempo, numa organização tão importante para todos nós, como é a Corane. Considerou que era ambição do concelho fazer parte deste órgão, que por ser muito importante e que ia ter bastante dinheiro. Relembrou ainda que neste momento o Sr. Presidente da Câmara conseguiu, através duma eleição bastante difícil, ser eleito para Presidente desta organização.

Agradeceu mais uma vez e terminou com uma proposta dirigida ao Sr. Presidente como Presidente desta associação, propondo que se organizasse um debate, nas organizações que fazem parte da Terra Fria para que através do próximo quadro chamado QREN – Quadro de Referências de Estratégia Nacional, para que estes meios ao dispor desta tão importante organização fossem distribuídos da melhor forma e mais bem organizados.

Terminada a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Vinhais foi passada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Este cumprimentou todos os presentes e referiu que a sua intervenção seria muito breve, apenas o suficiente para dizer que no domingo iria decorrer, em Ervedosa, em sua opinião a melhor freguesia do concelho de Vinhais, a Feira de Produtos da Terra. Manifestou o desejo que toda a gente visitasse Ervedosa, em especial os Senhores Presidentes de Junta, Membros da Assembleia e familiares. Considerou tratar-se de um evento com vários programas com incentivos aos agricultores de forma a proporcionar um dia diferente.

Aproveitou o momento para dar os parabéns à equipa da Moimenta pelo belo evento que lá ocorreu, elogiou as pessoas que estiveram por trás deste evento, referindo que têm vindo a melhorar muito esta feira.

Sobre a questão das transferências, referiu que pretendia desfazer algum engano que pudesse haver, no que se refere às transferências para a sua Junta de Freguesia. Esclareceu que teve a oportunidade de, numa reunião de Câmara, esclarecer este assunto. Dirigiu a palavra ao membro Dr. Carlos Abel utilizando uma expressão característica de um habitante da sua terra a quem deu o nome de “Videira”: “Vira-te de frente que é pecado bater num homem por trás”. Relembrou que não esteve presente na última reunião e que foi bastante atacado. Considerou o assunto bastante badalado, metendo toda a gente contra si, sem razão nenhuma.

Continuou esclarecendo que, independentemente do executivo que entrasse para a Câmara Municipal, com os documentos da Câmara Municipal que tinha em seu poder, que não eram dos candidatos nem do antigo Presidente, mas sim da Câmara Municipal, nos quais garantiam que, no caso de os projectos virem aprovados, a Câmara assumia parte que competia às instituições de Ervedosa. Referiu ter os documentos assinados e por esse motivo tinham que lhe dar o dinheiro. Considerou ainda a hipótese de “eles” não contarem que os projectos não viessem aprovados, mas uma vez aprovados, tiveram que lhe dar o dinheiro. Esclareceu ainda que parte desse dinheiro foi para alcatrão, que nunca nenhum Presidente de Junta pagou um quilo.

Dirigiu a palavra mais uma vez ao membro Dr. Carlos Abel, para dizer que evidentemente todos devem ter iniciativa, independente do executivo. Informou ainda que não gostaria que ganhasse outro executivo se não este, por esse motivo o apoiou. Mostrou a convicção de que aqueles que o apoiaram não se vão arrepender.

Esclareceu mais uma vez que independentemente do executivo o dinheiro tinha que lhe ser dado, porque tinha documentos assinados pela Câmara, se os projectos viessem aprovados, a Câmara era obrigada a dar o dinheiro, caso contrário teria que meter a Câmara em Tribunal e nesta situação os juízes com documentos assinados, tornar-se-ia impossível fugir ao assunto.

Sobre este assunto referiu ainda que não é mais papão do que o Papa, e que todas as obras a decorrer em Ervedosa, nenhuma é da Câmara Municipal a não ser o Largo de Santa Ana.



Esclareceu que se trata de obras que as instituições candidataram e foram aprovadas, nomeadamente a igreja que foi reparada com apoio da Comunidade Europeia e o pavilhão que está a ser feito com o apoio da Corane.

Felicitou o Sr. Presidente da Câmara por ter sido eleito, numa eleição que em sua opinião não foi difícil, candidatou-se e ganhou com bastante diferença de margem na votação. Deixou o desejo de não serem postos de parte como foi em tempos últimos Vinhais, em que as localidades de Vale das Fontes, Ervedosa e Agrochão ainda foram contempladas com alguma coisa, mas a Vinhais foi-lhe dado umas migalhas comparativamente a Bragança, Miranda e Vimioso que “comiam” milhões.

Referiu que nessa altura não era membro da associação mas era membro da Junta e “bateu” o pé na Assembleia da Corane e aprovaram-lhe o pavilhão. Mesmo assim, considerou que Vinhais trouxe um terço daquilo que levou Vimioso que tem um terço da gente de Vinhais.

Agradeceu e felicitou mais uma vez o Sr. Presidente e deixou o desejo que continue a fazer o trabalho na Corane, porque é chegada a altura de aquilo que até ali tinha vindo a ser feito, para outros concelhos, começasse a ser feito também por Vinhais.

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu como esgotado o Período Antes da Ordem do Dia, passando ao ponto seguinte.

## **2 – Ordem do Dia**

### **2.1 – Apreciação e votação da acta da reunião anterior.**

O Sr. Presidente da Assembleia questionou os Senhores Membros se desejavam pronunciar-se sobre este ponto. Como ninguém manifestou intenção de intervir passou-se à votação, tendo sido aprovada por maioria com seis votos contra e três abstenções.

O Sr. Presidente da Assembleia questionou se alguém desejava apresentar declarações de voto. Manifestou intenção o membro Carlos Abel.

Enquanto não chegou à mesa a declaração de voto da Bancada Parlamentar do PPD/PSD, passou-se ao ponto seguinte.

### **2.2 – Leitura resumida do expediente.**

O Sr. Presidente da Assembleia começou por referir que tinha chegado uma carta do Grupo Parlamentar do PSD, encaminhada ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, a qual fez chegar às mãos do Sr. Presidente da Câmara, naquele momento.

Referiu também ter recebido um pedido de alteração de morada do novo membro da Assembleia – Rui Miguel Martins Rodrigues. Sobre este assunto o Sr. Presidente da Assembleia esclareceu que, conforme referiu no início da reunião, as alterações de morada vão ser aceites até à entrada em vigor do novo regimento.

Neste ponto informou ainda ter chegado à Assembleia Municipal várias correspondências da Associação Nacional de Municípios e um ofício do Ministério das Finanças e da Administração Pública, já lido na última Comissão Permanente, relativamente à produção de água-ardente em potes. Leu muito rapidamente um parágrafo do teor seguinte: “ ... assim, a produção de água-ardente bagaceira efectuada em alambiques amovíveis fora de um entreposto fiscal de produção, vulgo potes, é ilegal à luz da legislação em vigor...” Sobre esta questão referiu ser incumbência da Assembleia fazer cumprir a lei.

Agradeceu o convite enviado pela Junta de Ervedosa, e lembrou os Senhores membros que toda a correspondência pode e deve ser consultada na sede da Assembleia Municipal.

Referiu terem chegado também à Mesa da Assembleia, alguns ofícios do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português acerca do aproveitamento hidroeléctrico das Cavages e problemas decorrentes da construção de outras mini – hídras na bacia hidrográfica do Tuela, um outro sobre o parque eólico da parte espanhola da Serra de Montesinho e também sobre a nomeação do representante do ICN, para o Parque Natural de Montesinho.

### **2.3 - Período de Intervenções**

Enquanto esperava que chegasse à Mesa a declaração de voto do membro da Assembleia Carlos Abel, o Sr. Presidente da Assembleia questionou os Senhores membros se desejavam apresentar alguma intervenção. Ninguém manifestou intenção de intervir e foi passada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.

### **2.4 – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade municipal.**

Exmº Senhor  
Presidente da Assembleia Municipal em exercício  
e Senhores Secretários da Mesa  
Senhores Vereadores  
Senhoras e Senhores Presidentes da Junta de  
Freguesia e restantes Deputados Municipais

A todos e a todas as minhas cordiais saudações.

Chegado que está o tempo quente e os dias grandes, há que aproveitar estes meses para intensificar a execução de obras e levar a efeito uma série de trabalhos que noutras alturas do ano as condições climatéricas não o permitem.

A todos, conjuntamente com a ordem de trabalhos, foi distribuído o mapa de obras públicas, dele constando a situação em que cada uma delas se encontra.

No entanto, parece-nos devermos realçar algumas delas:

Assim:

A parte do betuminoso na estrada desde o cruzamento de Vila Verde ao cruzamento de Dine está concluído, o betuminoso desde o cruzamento de Passos a Vilar Sêco está concluído, a pavimentação das ruas em Rebordelo que estavam empreitadas estão concluídas, bem assim como as ruas de S. José e S. Francisco em Vinhais.

Os trabalhos de qualificação urbanística da Vila continuam a bom ritmo com terminus previsto para o final de Julho; os concursos para o Arranjo Urbanístico do Largo do Arrabalde, dos Passeios da Vila, do Parque Verde e da Praça do Município estão a andar e esperamos que algumas destas obras se iniciem ainda durante este Verão, a empreitada da Casa da Vila /Parque Natural de Montesinho já foi publicada no Diário da República, os saneamentos em Vila Verde, Montouto e Nunes estão na fase de entrega das propostas, os trabalhos da empreitada do Parque Biológico já se iniciaram e com terminus previsto para o final do ano; os trabalhos de qualificação da zona histórica de Vinhais estão a bom ritmo e devem ficar prontos no final do ano; a empreitada do arranjo urbanístico da Avenida do Brasil em Rebordelo, segundo informações do empreiteiro começam para a semana. Temos vários concursos para alargamento de cemitérios em andamento. Os concursos da estrada de Vale de Janeiro, arruamentos em Valpaço e Sobreiró de Cima atrasaram-se um pouco mas devem começar ainda este Verão.

Já entregámos as candidaturas completas incluindo os projectos de arquitectura para os lares de Edral, Moimenta e Rebordelo, com as valências de Centro de Dia e apoio domiciliário.

As obras de apoio domiciliário de Vale das Fontes e Vilar de Lomba em parceria com as instituições promotoras estão a ser executadas.

O projecto de arquitectura para a Unidade de Cuidados Continuados de Vinhais a instalar no antigo Centro de Saúde está completo e estamos agora na fase de preparar a candidatura.

Os saneamentos em Agrochão estão a ser executados, o museu do azeite também em Agrochão está praticamente concluído e continua a empreitada de instalar 18 reservatórios de água e 5 etars compactas.

Os trabalhos de melhoria e qualificação da Av. Pde Firmino Martins no lugar denominado “curva do Celero” já se iniciaram e estamos a trabalhar 14 horas por dia para reduzir ao mínimo os incómodos a quem tem que utilizar aquela via.

Estamos neste momento a elaborar o projecto de uma via com perfil de avenida na parte sul da vila de Vinhais e do arranjo do Estádio de Futebol.

Assinámos recentemente um protocolo com o Governo e as Águas de Trás-os-Montes no sentido de elaborarem os projectos e estudos com vista a integrarmos na totalidade a distribuição de água em baixa e dos saneamentos na empresa Intermunicipal de Águas de Trás-os-Montes.

Terminamos as negociações com os restantes parceiros com vista a constituirmos uma sociedade comercial, cujas quotas serão detidas pela ANCSUB, OPP, ARBOREA, CACOVIN e Câmara Municipal com vista à construção de uma unidade de transformação de castanha, diversos frutos, fabrico e comercialização de compostos de farinhas para animais, unidade a instalar na zona industrial em pavilhões já adquiridos para o efeito. Este processo já foi aprovado por unanimidade em reunião de Câmara.

Também em reunião de Câmara e por unanimidade, foi aprovada a proposta de alienação da nossa participação social na hídrica do Rabaçal/Ponte e do Pinhel.

Estamos a preparar o próximo ano lectivo, nomeadamente ao nível dos transportes e refeições sendo que e devido à reforma que está a ser implementada, este será o ano zero, o que significa que estamos preparados para algumas dificuldades que com toda a certeza se nos vão deparar.

Já foram disponibilizadas as instalações para a Assembleia Municipal, com material informático, mobiliário e recursos humanos.

Foi criado o Gabinete Jurídico para prestar serviço jurídico à Câmara e Juntas de Freguesia de forma gratuita.

Para terminar queria apenas referir que há dois aspectos que muito preocupam a Câmara e que devem preocupar também todas as pessoas, mas principalmente as Juntas de Freguesia: estou a referir-me em concreto ao flagelo dos incêndios e ao não menos flagelo que é a falta de água no Verão ou melhor o desperdício de água no Verão.

Mas sobre isto tenciono falar com as Juntas de Freguesia no final da reunião.

A situação financeira da Câmara é a seguinte:

Dotações orçamentais – 1.577.522 € (um milhão quinhentos e setenta e sete mil quinhentos e vinte e dois euros)

Dotações não orçamentais – 541.151 € (quinhentos e quarenta e um mil, cento e cinquenta e um euros)

Os pagamentos estão a ser feitos aos fornecedores a trinta dias ou menos.

\* Em anexo: Mapa de execuções de Obras Públicas, que faz parte integrante da acta.

Termina a intervenção escrita, o Sr. Presidente da Câmara aproveitou a oportunidade para responder aos pedidos de esclarecimentos que lhe tinham sido formulados.

Começou por agradecer a intervenção do Sr. Presidente de Junta de Vilar Seco. Referiu que do ponto de vista da Câmara é oportuno tratar o assunto da caça. Confessou a sua ignorância nesta matéria, sobre a qual tem vindo a reflectir e na medida do possível aprender algumas coisas. Informou que a Câmara tem uma estratégia clara sobre a questão da caça e que é desejo de todos que a caça no distrito de Bragança e mais concretamente no concelho de Vinhais, venha a ser um “ santuário “, isto é, seja motivo de visita das pessoas e que, como todos os santuários, dê lucro às respectivas confrarias. Em sua opinião para este santuário dar lucro tem que ser bem gerido e para ser bem gerido tem que ter recursos humanos, tem que ter pessoas e tem que ter dinheiro. Referiu ainda que tem vindo a notar na Câmara Municipal que há associativas que não renovam os seus processos e estão a constituir conjuntamente com a Junta de Freguesia ou só as Associativas, Zonas de Caça Municipal. Pedem a alguém que lhes faça os processos, quando a Câmara tem funcionários que costumam organizar esses processos e apesar disso, entregam não se sabe bem a quem, as Zonas de Caça Municipais. Deixou a convicção que iria continuar tudo na mesma e em sua opinião, referiu ser uma má

política. Informou ainda que foi estabelecido um acordo com a Junta de Freguesia de Celas – Zona de Caça de Celas e houve alguém que logo tentou desfazer esse acordo, “fazendo a cabeça” aos caçadores no sentido de que a Câmara não deveria protocolar nada com a Junta de Freguesia de Celas relativamente à Caça. Deixou um apelo às Juntas de Freguesia e respectivas populações no sentido de alertar para o facto de não pretenderem ser donos da caça, pretendem sim que a caça dê lucro para as populações e para o Concelho. Mostrou a disponibilidade para conjuntamente com as direcções das associativas e das Zonas de Caça fazer um acordo para que possam ser geridas conjuntamente com as direcções das aldeias e freguesias e pessoas da Câmara, suportando naturalmente a Câmara alguns custos com esse funcionamento. Solicitou a todos que reflectissem neste assunto.

Ao Sr. José Henrique, Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, agradeceu a referencia que lhe foi feita no que toca ao cargo de Presidente do Conselho de Administração da Corane.

Ao Sr. Presidente da Junta de Ervedosa agradeceu o convite para a Feira de Ervedosa. Referiu também que é verdade aquilo que foi dito a respeito da distribuição dos fundos e a forma pouca justa, como foram distribuídos nos últimos anos. Garantiu no entanto que, enquanto Presidente da Corane, de forma nenhuma irá privilegiar um concelho em relação ao outro, pretendendo reger-se por critérios de equidade, de justiça e de igualdade no que diz respeito à distribuição de eventuais fundos mediante a prevista candidatura. Quanto aos trabalhos da “ curva do celero”, agradeceu mais uma vez ao Sr. Presidente da Junta de Vinhais por ter feito referênciã, e referiu ser uma obra complicadíssima e apesar da coragem com que lhe pegaram, surgiu alguma preocupação e antes de ir dormir foi dar uma volta e deparou que talvez não iriam conseguir montar outra vez o “ puzzle “. Chegou à conclusão que se trata de uma obra extremamente difícil, com uma diferenciação de cotas de cinco metros tornando-se difícil arranjar um patamar onde implementar a rotunda. Informou que pediu ajuda a engenheiros da Câmara e fora da Câmara, sendo que neste momento a solução está conseguida e o local vai ficar algo engraçado e útil porque é isso que se pretende. Concluiu que o facto de estar tantos anos sem que ninguém lhe deitasse a mão, se deve a ser uma obra complicadíssima e cara. Referiu ainda que os funcionários que lá trabalham começam às seis da manhã e despegam às oito da noite, exactamente para reduzir os incómodos às pessoas que por aquela via pretendem circular, sendo certo que esta obra feita no

Inverno seria complicado e feita no mês de Julho e Agosto seria ainda pior de forma que a opção foi exactamente esta altura do ano.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e antes de passar ao período de inscrições para o comentário à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara passou a ler a Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do PSD, que chegou à mesa nesse momento, do teor seguinte:

“Os votos contra relativamente à acta resultam mais uma vez de erros de conteúdo que trancam a verdade do que se passou na reunião a que se reporta.

Na página vinte e dois entre o primeiro e o segundo parágrafos foram omitidas declarações do Sr. Presidente da Mesa sugerindo que quaisquer reclamações a fazer fossem feitas ao canal de televisão SIC, por exemplo.”

Perante esta declaração de voto que o Sr. António Miguel apresentou, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que a Mesa e a Assembleia têm um esforço acrescido para transcrever tudo da melhor forma.

### **2.3- Período de Intervenções**

Neste ponto de intervenções inscreveu-se o Senhor João Fernandes que cumprimentou a todos e referiu que pela primeira vez neste mandato pretendia ser esclarecido pelo Sr. Presidente da Câmara, sobre a venda das castanhas à cooperativa. Pediu esclarecimentos sobre a forma como essa venda irá ser feita, uma vez que é agricultor. Em relação aos produtos hortícolas referiu ser uma boa ideia que os agricultores começassem a produzir e tivessem um escoamento garantido. Relembrou ainda que os agricultores estão com uma idade avançada e não vê pessoas jovens com formação, que possam produzir produtos hortícolas. Quanto aos terrenos considera não serem próprios, porque a terra que dá centeio não dá couve penca. As máquinas não são as mesmas de trabalhar o trigo e o centeio e por esse motivo gostaria que lhe fosse dada uma explicação porque os agricultores gostariam de ser beneficiados, mas no seu ponto de vista parece-lhe bastante complicado.

Aproveitou o momento para pedir também ao Sr. Presidente da Câmara para limpar no fundo do Bairro da Ucha, nomeadamente cortar as silvas, porque em sua opinião mete

medo e se há um incêndio torna-se complicado. Referiu ainda que o pessoal que a Câmara tem arranja aquilo em meio-dia.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e questionou os Senhores membros se mais alguém desejava intervir. Sobre os esclarecimentos que foram colocados sobre a nova empresa e nova infra-estrutura que o Senhor Presidente anunciou, informou que se deveriam tratar no ponto dois ponto seis da ordem de trabalhos. Em relação à limpeza do bairro referiu ser uma ideia excelente e questionou o Sr. Presidente da Câmara se pretendia pronunciar-se sobre esta questão.

O Sr. Presidente da Câmara agradeceu as questões que lhe foram colocadas relativamente à questão da venda das castanhas e da couve penca, e referiu que esse assunto iria ser esclarecido posteriormente. Quanto à limpeza do terreno no Bairro da Ucha informou tratar-se de um terreno particular e tanto este, como tantos outros no concelho, já foram notificados os proprietários para limparem as suas propriedades.

## **2.5 – Carta Educativa do Concelho de Vinhais**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Sr. Professor Roberto Afonso para apresentação da Carta Educativa. Começou por cumprimentar todos os presentes e esclareceu que já tinha sido feita uma breve apresentação na última Assembleia e nessa altura explicou que antes de ser presente à Assembleia, deveria ser aprovada em Conselho Municipal de Educação, em reunião de Câmara e depois apresentada à Assembleia Municipal para posterior aprovação da Direcção Regional de Educação do Norte. Informou que a Carta Educativa é o resultado de um trabalho que foi feito de forma estrutural de Planeamento e Ordenamento dos Equipamentos Educativos no concelho de Vinhais e foi também resultado do Decreto-lei 7/2003 de 15 de Janeiro. Deveria desde essa data estar a ser trabalhado e desenvolvido, mas no nosso Concelho o anterior executivo não trabalhou na Carta Educativa e por isso foi necessário iniciar tudo do zero, e em apenas três meses não foi possível apresentar a Carta Educativa já aprovada pelos órgãos referidos anteriormente.

Esclareceu ainda que a Carta Educativa não é um documento decisivo, mas sim uma proposta, intenções do Município, ou seja, é a forma que se entendeu para se ordenar os equipamentos educativos tendo em conta uma série de factores que foram bem claros num dos capítulos do documento que foi apresentado. O documento depois de aprovado



deverá ser enviado à DREN para uma palavra final sobre qual vai ser o ordenamento e quais as escolas de acolhimento que vulgarmente são chamadas de Pólos. Referiu ter ouvido nas notícias, que até dia um de Setembro, data em que arranca o ano lectivo, está tudo em aberto e até lá esperam muito trabalho, porque já se está a trabalhar no ordenamento dos transportes e das refeições.

Esclareceu que o governo no próximo ano pretende reagrupar os alunos em escolas de acolhimento, mas este facto no concelho de Vinhais já vem a ser feito e a maior parte das aldeias já não têm escolas, estão suspensas há já alguns anos e o que se pretende agora com esta nova lei é suspender escolas com menos de vinte alunos. Sobre esta questão, deixou claro, que na proposta apresentada iriam tentar que algumas permanecessem, e no caso de algumas escolas ficarem, como está previsto na proposta, não têm garantias de que de facto venha a desenvolver-se o processo de ensino e aprendizagem com o sucesso que pretende o governo e pretende a Autarquia, que é a escola a tempo inteiro. Ou seja, os alunos permanecerem na escola oito horas nas quais além da componente lectiva normal, vão ter outra série de actividades que passam pelo ensino da educação musical, novas tecnologias, expressão física e dramática.

Nesta perspectiva, este estudo destina-se a possibilitar que os alunos cheguem a casa já com os trabalhos de casa feitos e com alguma preparação, uma vez que uma das principais dificuldades no ordenamento que é proposto, prende-se com a dispersão geográfica do concelho, os alunos vão perder alguns minutos na estrada, ou seja, vão perder algum tempo em relação ao ano anterior, mas se se conseguir dar a resposta em termos de oferta educativa que é pretendida com o modelo apresentado, com as horas de apoio educativo, não se irá por esse problema, antes pelo contrário vão ficar numa situação muito melhor do que a existente neste momento, porque já levarão todos os trabalhos feitos e chegarão em segurança.

No que se refere à segurança informou que no mês de Maio saiu uma Lei bastante rígida que rege os novos transportes escolares, com cintos e cadeirinhas. Referiu mais uma vez que aquilo que pretendem é que seja implementado o ordenamento com sucesso e deixou a convicção que será de certeza o que vai acontecer.

Mais uma vez referiu que o que se propõem na Carta Educativa é uma escola de acolhimento em Vinhais como é natural, porque tem as condições criadas para isso e também uma escola em Rebordelo, no Vilar de Lomba, em Ervedosa, em Tuizelo e uma escola em Penhas Juntas. Sobre esta última disse tratar-se não de uma escola de acolhimento mas sim de escola isolada, dadas as características da população que

frequenta a escola. Pretendem que esta escola continue a funcionar durante alguns anos, mas segundo a prospecção que está apresentada não são muitos porque daqui a três anos não terá mais de três ou quatro alunos e porque a projecção é feita até dois mil e dez, daqui a quatro terá apenas três.

Por último referiu que iriam continuar a trabalhar para que tudo isto resulte numa medida de sucesso e iriam aguardar também que a Senhora Ministra ou a Senhora Directora Regional lhes dê uma decisão definitiva, porque não se sabe ainda quais são as escolas que permanecerão.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou os Senhores Membros se desejavam pronunciar-se sobre a questão da Carta Educativa.

Inscreveram-se os membros seguintes:

Dr. António Miguel Silva

Sr. Presidente da Junta de Candedo

Sr. Presidente da Junta de Agrochão

Dr. Vicente Fernandes

Dr. Carlos Abel Vieira

Sr. Presidente da Junta de Ervedosa

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu então a palavra ao Sr. Dr. António Miguel Silva, que referiu não querer mas ter que comparar a referida Carta Educativa. Deu os parabéns pela execução do documento e relembrou as responsabilidades que o actual Presidente da Câmara tem, porque no último mandato era vereador da educação e portanto tinha a responsabilidade deste pelouro. Voltou a referir que tinha que comparar a referida Carta Educativa como uma certidão de óbito, acompanhada com a bibliografia do defunto. Porque até à página sessenta, a única coisa que a Carta tem, é o estudo estatístico e histórico da evolução das escolas em Vinhais. Sobre este facto concluiu que obviamente era preciso fazê-lo, porque não é possível escorar a preparação do futuro sem olhar pró passado. O problema era que não havia preparação do futuro, nem planeamento. Quanto ao planeamento referiu que se resumiu a dois parágrafos, um referente à intenção e à referência que esse será um período de transição e também à referência de construção de dois pólos um que sirva a zona norte e outro que sirva a zona sul, nomeadamente em Vinhais e Rebordelo. A planificação do pólo de Vinhais,

no que toca à construção, a mais valia seria um pavilhão gimnodesportivo, o mesmo não se passa para Rebordelo. Com isto, lembrou que o concelho está a ficar cada vez mais desertificado e é óbvio que muitas escolas acabem por fechar. Esclareceu também que quando referiu “certidão de óbito” e porque nas últimas autárquicas, lia ainda que na diagonal, o programa apresentado pelo PS e pela candidatura do Dr. Américo o que depreendeu, foi que havia um projecto para melhorar o concelho, e uma vez que a Carta Educativa reflectia as medidas de politica educativa que o referido camarário deveria tomar, não vê em lado nenhum qualquer medida que possa planear o melhoramento de condições. Esclareceu que das duas uma, ou o executivo já assumiu a morte do concelho, morte em termos de densidade populacional ou então não irá haver medidas que mexam com a estrutura do concelho, numa outra perspectiva passará por importar casais estéreis. Deu o exemplo do investimento que está previsto para Sandim e referiu que tal como o Sr. Presidente tinha dito poderá chegar a trezentos postos de trabalho e sendo oitenta por cento de gente de Vinhais, poderão ser duzentas famílias. Não vê por isso que nestas duzentas famílias não haja vinte crianças. Informou só estar a fazer dez por cento e que pode estar enganado, mas mesmo assim continua a não ver qualquer previsão para esse aumento que será previsível em termos de politica de trabalho e de criação de empresas, mas não está previsto em termos de educação. Deixou a convicção que o Sr. Presidente não se limitará a que seja esse, o único investimento a vir para Vinhais. Fez referência à intenção de ficarem dois pólos, e uma vez que não sabe se é melhor ou não partir para um pólo único, aceita perfeitamente essa condição.

Relembrou que na última assembleia e na penúltima assembleia tinha solicitado esclarecimentos e até hoje ainda não percebeu quais os critérios utilizados para manter algumas escolas abertas e para fechar outras.

Referiu ter lido o jornal Correio da Manhã e considerou que as pessoas se queixam com alguma razão. Outra noticia que lhe chamou a atenção foi uma notícia no Mensageiro On-Line, em que o Sr. Presidente diz que uma das escolas que se irá manter é a da Moimenta. Deu os parabéns ao Sr. Presidente pela congruência de opinião, mas por outro lado não percebe porque faz exactamente o contrario nomeadamente a Vale das Fontes, Agrochão, e quanto a Espinhoso e Paçó pensa estarem em condições similares.

Concluiu que o critério foi meramente retroactivo e com efeitos politico - eleitoralistas. Porque em sua opinião seria mais claro dizer as populações que as escolas que tiverem dez ou mais alunos mantêm-se, as que tiverem menos de dez fecham, do que dar estas voltas todas. Além deste facto, vê também uma incoerência na Divisão Territorial da

Freguesia de Vale das Fontes ao querer deslocar alunos de Nuzedo de Baixo para Ervedosa e de Vale das Fontes para Rebordelo. Considerou não ser a medida acertada e neste caso Vale das Fontes sairá duplamente prejudicada porque vai ter o fecho de duas escolas.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Candedo, cumprimentou todos os presentes e referiu que primeiro que tudo queria fazer uma pequena correcção no que toca ao número de crianças na sua freguesia. Esclareceu que na sua freguesia não há dezanove crianças com menos de nove anos, mas sim vinte e uma crianças. Solicitou esclarecimento ao Sr. Vereador sobre o porquê de as crianças da sua freguesia irem para Rebordelo. Qual o critério em que se baseou. Referiu não entender o porquê de ser assim e informou que no final da explicação que solicitou, pretendia dar mais uma palavra.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Agrochão, cumprimentou todos os presentes e referiu ter ouvido naquele momento dizer que a Carta Educativa tinha sido difícil de fazer. Não encontra razões para que se diga que foi assim tão complicada de fazer, porque em sua opinião só teve seis pontos, uma esferográfica para marcar onde tinham que marcar. Só foi marcar, nada mais. Passaram em Penhas Juntas e deixaram Agrochão, passaram em Ervedosa e deixaram Nuzedo e Vale das Fontes e marcaram em Rebordelo. Solicitou uma explicação ao Sr. Presidente da Câmara sobre esta questão, porque em Fevereiro, Edrosa, Vilar, Penhas Juntas e Agrochão estava previsto irem para Ervedosa e de repente a Carta Educativa mudou. Referiu não perceber porque se diz que Penhas Juntas fica isolada, se é por ter quatro alunos e ter ciganos. Sobre este facto considerou que os ciganos são seres humanos. No que toca a Agrochão não percebe porque é que com dez alunos e nove no Jardim fecha. Colocou a questão se a escola de Ervedosa com sete alunos irá funcionar.

Foi concedido o uso da palavra ao Dr. Vicente que cumprimentou todos os presentes e relativamente ao documento de trabalho tal como tinha referido o Dr. Roberto, responsável pelo pelouro da Cultura, considerou ser um documento de trabalho que obedece à aprovação da assembleia municipal. Sobre esta questão, considerou ser necessário ver se a Carta Educativa reflecte na sua globalidade, o interesse geral que se pretende, a nível de educação para o concelho e também a necessidade de abstrair no

que toca a defender a capelinha de cada um. Porque em sua opinião se pretender um pólo na sua aldeia, outros irão também querer o mesmo para as suas aldeias, ou então que a escola se mantenha aberta. Considerou natural que cada um queira ver as escolas da sua aldeia abertas e neste campo referiu ser o primeiro a querer que nenhuma escola fechasse. Este facto seria um bom sinal, porque seria um concelho cheio de crianças, onde a escola a tempo inteiro seria possível em todas as aldeias, mas a realidade do concelho de Vinhais não é assim.

Referiu-se novamente ao documento para informar que na sua globalidade reflecte o interesse primordial, que é o interesse dos alunos, sendo esse o campo onde se devem debruçar. Porque a educação tem o seu centro na criança, no aluno e não no professor, que fica desempregado ou vai para longe e gostaria de ficar mais perto e também não é no Presidente da Junta que gostaria de ver a escola da freguesia aberta. Esclareceu mais uma vez que a Carta Educativa foi efectuada por pessoas para o efeito encarregadas de analisar todos os documentos disponíveis e foi nessa base que foi efectuada. Não põe por isso em dúvida que as pessoas que efectivamente trabalharam na Carta Educativa se empenharam e viram quais eram as melhores escolas de acolhimento que melhor estavam posicionadas, para a defesa da educação. Atendendo a este facto e dado que a Carta Educativa foi realmente aprovada em Conselho Municipal de Educação, considera por isso que se trata de um documento que merece a aprovação de todos, independentemente de outras discussões que possa haver. A política do governo pretende a escola a tempo inteiro, como o professor Roberto referiu, e a escola a tempo inteiro para além das actividades curriculares prevê realmente a realização de outras actividades extracurriculares, onde o aluno estará várias horas durante o dia na escola e terá as condições para realizar essas actividades e nem todas as escolas têm essas actividades. Uma escola isolada na sua opinião não permite que as crianças pratiquem essas actividades de enriquecimento curricular, dignas de todos e não só para alguns. Considerou mais uma vez que a Carta Educativa é um documento que merece a aprovação e aceitação de todos.

Foi concedido o uso da palavra ao membro Dr. Carlos Abel que começou por cumprimentar todos os presentes e referiu que relativamente à Carta Educativa não tinha intenção de intervir, no entanto gostaria de fazer uma abordagem um pouco geral se o Sr. Presidente lhe permitisse. Referiu que nas últimas três assembleias tem-se vindo a ver muitos parabéns, muitas congratulações quando as eleições tinham já passado há

muito tempo. Dirigiu-se ao Sr. Presidente, Dr. Américo Jaime e referiu ser altura de trabalhar e deixar o folclore, porque o Sr. Presidente sabe muito bem que se trata de folclore político, porque quando o produto é bom não precisa de publicidade, ele auto – publicita-se. Pediu que deixasse a obra falar por si, sem trazer gente à assembleia a paralisar porque chateia um bocado. Relativamente à situação das escolas considera ser uma situação caricata, sobretudo pela falta de critérios que existe subjacente a este desenho geográfico que foi feito nas escolas. Dirigiu-se ao Sr. Vice-Presidente para referir que não se vislumbra no documento qualquer critério subjacente de elaboração ao mesmo. Pode dizer que acordou mal disposto num dia e recortou duma maneira e no dia seguinte voltou a recortar porque é muito fácil acreditar nisto pela maneira como está o documento. A questão é que a realidade se sobrepõe. Sobrepõem-se as derrotas do partido socialista em mais de setenta por cento nas Juntas de Freguesia de Agrochão e Vale das Fontes e sobrepõem-se que em Ervedosa o PSD ter perdido em mais de setenta por cento. Agradeceu ao Sr. Presidente por ter corrigido para setenta e sete e meio. Com tudo isto considera que à partida uma questão que deveria ser didáctica e pedagógica no fundo não o é, porque se estão a discutir critérios políticos em situações que se deveria estar a discutir critérios pedagógicos de elaboração de Carta Educativa. Dirigiu-se mais uma vez ao Sr. Presidente Américo Jaime para lembrar que tem responsabilidades, porque foi vereador da educação no período em que deveria ser feita a Carta Educativa. Esteve incumbido disso, mas incompatibilizou-se por razões que bem sabe. Solicitou esclarecimentos ao Sr. Vice-Presidente, Dr. Roberto Carlos, sobre a questão de se manter o pólo de Ervedosa, que tem a mesma base em termos de infra-estruturas e de logística, ambas servidas por centro de dia, uma com sete alunos e outra com doze e a que se opta é por deslocar doze crianças para um pólo onde só existem sete, com as mesmas condições. Considerou ter ido lá e ter visto as duas escolas, reparou terem vidros bons, bons quadros, computador, o que o levou a considerar serem escolas similares. A diferença é favorável a Agrochão e em Vale das Fontes acontece a mesma coisa, porque tem mais alunos, inclusivamente tem nove alunos no jardim infantil. Por esse motivo solicitou uma resposta muito concreta e clara relativamente a esta questão. Mais uma vez referiu que Ervedosa tem sete alunos, Vale das Fontes e Agrochão têm doze, tirando o critério político de terem perdido por setenta e mais por cento, em Vale das Fontes e Agrochão e terem ganho em Ervedosa por setenta por cento, solicitou um critério pedagógico que justificasse muito claramente a manutenção

de umas e o encerramento de outras. E quanto a esta questão considerou ter sido claríssimo.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e concedeu o uso da palavra ao Sr. Presidente da Junta de Ervedosa que cumprimentou mais uma vez todos os presentes e referiu que fica muito contente por falarem tanto de Ervedosa. Dirigiu-se ao membro Dr. Carlos Abel para esclarecer o que se passou a nível do ensino, mais propriamente Agrochão e Ervedosa, no tempo em que o membro Carlos Abel ainda não era gente.

Quando havia inovações no ensino, explicou que foram sempre iniciadas em Ervedosa. Pediu ao membro Carlos Abel o favor de procurar aos professores e aos alunos. Veio a telescola e funcionou sempre em Ervedosa e posterior para Agrochão. A inovação do ensino foi sempre assim. Quanto à mudança de ensino, ou seja, na Carta Educativa e com as mudanças de escolas, esclareceu que quando tudo isto começou não se dirigiu à Câmara Municipal de Vinhais. Nunca pressionou ninguém, nem nunca falou com ninguém. Apenas foi a DREN e procurou quais as condições para as escolas funcionarem. Polidesportivo, está quase concluído, com a certeza que em Setembro irá funcionar. Quanto à cantina referiu não querer os idosos com os pequenos, por isso têm cantina própria para a escola, sem ter apoio do centro-de-dia, sem ter o centro-de-dia a funcionar com a escola. Pediu para não confundirem as coisas. Referiu mais uma vez que têm uma cantina própria para a escola, a trabalhar independente do Centro Social e Paroquial. Porque não queriam que estivessem na mesma sala, não é que se bata a gente, nem pouco nem mais ou menos. Considerou que as coisas têm que ser independentes, por isso têm duas salas que era isso que lhe foi exigido, assim como condições higiénicas e em sua opinião, na parte sul do concelho são os únicos que têm condições para funcionar em Setembro. Esclareceu que não pretende guerra com ninguém e se lhe disserem que Agrochão fica mais central ou Penhas Juntas, não diz para os miúdos irem para a Torre, mas sim encontrar condições em Ervedosa para a escola ficar em Ervedosa. Se tiverem que ir para outro sitio, referiu sempre ter dito que o melhor é a escola mais próxima do Concelho e deixar liberdade aos pais para levar as crianças para onde muito bem entenderem. Dirigiu-se mais uma vez ao membro Carlos Abel para esclarecer que não falou com nenhum pai, porque os pais naturalmente manifestaram vontade de irem para Ervedosa, facto esse que sabe muito bem, porque já se lá dirigiram, porque fez um abaixo-assinado em Nuzedo a dizer que a escola de Nuzedo era para continuar e não era para ir para Vale das Fontes. Referiu mais uma vez não

valer a pena andarem com guerras, porque as condições estavam lá, a DREN tem conhecimento, a Câmara sabe o que existe e quanto a dinheiro informou que precisam zero cêntimos para o pólo funcionar amanhã. Zero cêntimos da Direcção Regional do Norte e do Ministério da Educação.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e referiu que para não acontecer este tipo de diálogo iria passar a palavra ao Sr. Presidente para esclarecimento das inúmeras questões que foram levantadas.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, agradeceu as questões que gentilmente lhe foram colocadas e referiu que o Vereador da Cultura no qual deposita toda a confiança e ao qual reconhece todas as qualidades neste cargo e como tal os elogios são recíprocos, é uma atitude gentil, dar uma palavra de apreço quando as pessoas reconhecem que os outros fazem algo do seu agrado, não vendo nisso qualquer mal. Referiu mais uma vez reconhecer todas as qualidades humanas, profissionais e étnicas para desempenhar este cargo com toda a capacidade. Portanto terá sempre a sua confiança, porque tem a certeza que não se enganará e sabe que está a fazer um excelente trabalho nesta área. Informou ainda que é um professor com duas licenciaturas, um escritor com obras publicadas e também um homem preocupado com esta matéria, e por isso sabe o que faz, não querendo dizer com isto que os outros também não saibam.

Quanto ao trabalho referiu que assina de cruz sem o ler, porque no dia que lhe delegou competências, para fazer este trabalho, o fez com consciência, porque tinha a certeza absoluta que o ia fazer bem feito, e jamais o desautorizará naquilo que ele fizer.

Quanto à Carta Educativa referiu que a Câmara aprovou o documento, no Conselho Municipal de Educação onde tem acento várias pessoas e várias entidades, também foi aprovado por unanimidade. E aprovou na Câmara Municipal de Vinhais com duas abstenções salvo erro, nenhum voto contra. Esclareceu que falta a aprovação deste órgão e que nunca a Câmara ficará aborrecida por ser discutido aquilo que for, antes pelo contrário ficará muito agradecida desde que o debate seja feito de forma correcta e educada, como tem sido até ao momento. Informou que ouviu as intervenções e as preocupações de todos e compreende-as com alguma dificuldade em as aceitar. Compreende que se trata de uma matéria com alguma complexidade e por essa razão tem que se estar muito “enfarinhado” neste esquema para tomar decisões. E as decisões são tomadas tendo em conta aquilo que com o devido respeito por todas as intervenções,



o Sr. Dr. Vicente trouxe à discussão que é o ponto que interessa que é a questão dos alunos e mais nada.

Dirigiu a palavra ao Dr. António para lhe lembrar aquilo que tinha dito na Assembleia Municipal de vinte e três de Fevereiro. No que se refere a esta matéria o Dr. António na altura tinha dito, que a seu ver, se estava a olhar para o ponto fundamental que eram os alunos e não para os combates à desertificação, que era vista como uma das armas que se tinha usado para manter as escolas nos locais. Nessa altura, achou que pela primeira vez se estava a olhar para o primeiro interesse que são os alunos e considerou ser esta a única razão de ser, de existirem as escolas e existirem os professores. Referiu que esta visão continua a ser do Dr. António e portanto estava tudo dito. Considerou ser necessário fazer esta reestruturação, já presente nas leis. Quanto às questões que lhe foram colocadas e relativamente aos critérios para decidir ir por este sítio ou por outro, em termos pedagógicos e utilizando exactamente os termos do Dr. Carlos Abel, considerou ser preciso, de uma vez por todas, esclarecer estes factos. Tal como a Câmara Municipal de Vinhais, nenhuma Câmara Municipal do país tem qualquer competência em termos pedagógicos, por isso considera que é errado perguntar qual foi o critério em termos pedagógicos, para optar por esta ou por aquela escola. Dirigiu a palavra ao membro Dr. Carlos Abel e alertou-o para tomar nota, uma vez que sabe que é um homem ocupado e referiu que no despacho de vinte e seis de Maio da Senhora Ministra da Educação no art. 9.º do Decreto-Lei 6/2001, está escrito e definido pelo governo quais são as orientações pedagógicas em termos de ensino do 1.º Ciclo. E o que o governo fez foi transferir e delegar nas Câmaras responsabilidade para cumprir esta orientação pedagógica. As Câmaras assumiram o compromisso de reorganizarem os meios em termos físicos e financeiros. Quem define as disciplinas, a carga horária, quem contrata os professores e quais as matérias leccionadas, nada tem a ver, e por isso com devido o respeito, considerou ser um lapso, quando o Dr. Carlos Abel lhe perguntou qual o critério em termos pedagógicos. Referiu que provavelmente o que o Dr. Carlos Abel pretendia perguntar, seria o critério em termos físicos, o porquê destas opções e porque não aquelas opções. Quanto a esta questão, referiu que em tudo na vida quando se faz uma opção e frisando um escritor ilustre que dizia que o momento de decisão é sempre um momento de loucura, porque não se sabe o que vem a seguir, considerou também ter presidido este critério, por isso, considerou ser esta a sua opinião, não sabendo exactamente o que virá a seguir, mas consideram-se convencidos que será um boa solução e por isso estão abertos a outras soluções, a estudar outras

soluções. Informou ainda que o que a Senhora Ministra lhes pediu e pediu a todos, numa lei bem feita, que as escolas com menos de vinte alunos ficam suspensas e onde seja possível fazer pólos com mais de vinte alunos teriam área curricular normal – Educação Física, Música, Inglês e Informática. Onde for possível juntar vinte miúdos tem direito a isto, onde não seja possível juntar vinte miúdos a escola pode continuar, mas a escola será para o ano aquilo que foi este ano, ou seja, será durante três anos, porque os concursos são válidos por três anos. Em principio, se a lei não alterar quem for colocado este ano terá uma colocação por três anos, se as escolas ficarem nesta situação este ano, ficaram durante três anos. Considerou serem estas as orientações que têm e se por ventura houver outras, desconhece-as e agradece que lhe esclareçam não havendo mal absolutamente nenhum. Esclareceu que o critério é simples: vinte têm estas áreas curriculares que explicou, menos de vinte continua uma escola normal e nestes termos, analisaram as distâncias e as instalações, a previsão de alunos nos próximos anos e tentaram fazer quatro pólos que são já conhecidos, sendo certo que em sua opinião, só há condições para funcionarem dois pólos que são em Rebordelo e Vinhais e todos os outros são a prazo. Considerou ser esta a opinião e a análise que fizeram dos documentos que têm. No que toca a Penhas Juntas, considerou uma questão especial, e sobre este assunto referiu, já ter explicado na reunião anterior a verdade sobre Penhas Juntas, tinham colocado à Directora Regional de Educação e esta foi da opinião que a escola se mantivesse conforme está, não como um pólo, e este fato significa que os meninos de Penhas Juntas, não iram ter as mesmas condições de estudar e de aprender, que têm por exemplo os de Vinhais. Outra questão que está a ser discutida é Vale das Fontes, Nuzedo, Ervedosa e Agrochão e sobre esta questão referiu que o assunto está em cima da mesa e agradece todas as opiniões, embora haja uma crítica que não aceita, refere-se à crítica de que o critério foi um critério político devido às vitórias ou às derrotas eleitorais. Dirigiu a palavra ao Dr. Carlos Abel, para esclarecer esta questão dizendo que foi proposto um pólo para Tuizelo, onde foram perdidas as eleições e manifestou o desejo de esta situação não se voltar a repetir daqui por quatro anos. Por essa razão solicitou ao Dr. Carlos Abel, que retirasse esse critério do seu pensamento, porque o critério é aquele que lhe foi explicado, ou seja, é a lei e é a racionalização dos meios e sobre este assunto considerou mais uma vez que estão abertos. Informou que no dia dezasseis de Janeiro deste ano tinham recebido na Câmara uma carta que foi também endereçada ao Sr. Governador Civil ao CAE, à DREN e ao Conselho Nacional de Educação que dizia que queriam a escola em Penhas Juntas,

tinham o apoio da população de Penhas Juntas, Edrosa, Vilar dos Peregrinos e Agrochão, assinada pelos quatro Presidentes de Junta, para que os meninos se tivessem que sair de lá, naturalmente fossem para essa escola. Vilar dos Peregrinos e Edrosa mudou de opinião, e também foi mudada a opinião que tinham sobre Tuizelo, por isso, encontram-se disponíveis para encontrar com os parceiros a solução ideal para a zona sul do concelho. Ainda sobre esta questão considerou estar firme a ajudar o governo a fazer esta reforma, porque toda a gente entende que hoje o cidadão europeu tem que saber inglês, informática, tem que saber música, tem que ter uma biblioteca, uma ludoteca, educação física e natação desde os seis anos de idade. Não lhe parece correcto, privar algumas crianças destas condições de trabalho, e quem defender que o pólo deve ficar aqui ou deve ficar ali, esta discussão é aceite, porque defender que as escolas de vinte alunos não devem ser suspensas e devem funcionar como escolas e não como pólos considera ser uma ideia errada. Manifestou o desejo que daqui por uns anos os seus netos e os netos de todos os presentes, dissessem que esta assembleia municipal, e esta câmara municipal, pais e juntas de freguesia lhes deixaram um legado bom, isto é, que desde os seis anos, os educaram para serem cidadãos europeus, que é o que se pretende, pessoas bem formadas. Sobre esta questão referiu que não gostava que algumas pessoas, por defenderem esta ou aquela capelinha, prejudicassem este processo. Solicitou mais uma vez para que se defendessem os pólos, isto é, escolas com mais de vinte alunos e não a manutenção de escolas isoladas. A escola de Penhas Juntas considerou ser um erro e a Junta de Freguesia sabe que é um erro, porque essa escola nunca deveria ficar a funcionar porque aquelas crianças não vão ter as condições e formação que vão ter os outros.

Informou que está disponível conjuntamente com os pais e com alguma interferência das Juntas de Freguesia para discutir estes assuntos e encontrar uma solução até à abertura das aulas, sendo certo que já têm orientações. Não lhe parece que seja possível implementar tudo no primeiro ano e aquilo que não estiver bem este ano, naturalmente será corrigido para o próximo ano. Esclareceu que na Câmara há toda a disponibilidade, como sempre houve, para discutir este assunto e quando o desejarem é só sentarem-se à mesa, porque nunca fechou a porta e nunca disse a ninguém, que não falava sobre este assunto.

Para terminar, considerou que esta Carta Educativa está feita com aquilo que entenderam ser a forma mais correcta de racionalizar os meios físicos, ao serviço do plano pedagógico instituído pelo Governo. Admitem que não será o ideal, de forma

nenhuma, como em nada na vida e que estão disponíveis para continuar a dialogar. Solicitou que fosse aprovado nesta assembleia e que fossem feitos os possíveis, para obter ao redor deste documento, um grande consenso porque a Carta Educativa do Concelho de Vinhais ainda não foi publicada no Diário da República, porque tem que ser aprovada na Assembleia Municipal, para poder candidatar as obras aos próximos fundos comunitários. Considerou ser um formalismo absolutamente necessário, porque se a Carta Educativa não estiver aprovada não se poderão fazer candidaturas para os fundos comunitários, candidaturas grandes para pavilhões e coisas do género.

Pedi desculpa por ter ultrapassado um pouco o tempo e por último e para não deixar o Sr. Presidente da Junta de Candedo sem resposta, referiu ter recebido uma carta que foi dirigida à Câmara, com uma nova visão, que lhe agrada, sobre a qual não irá falar publicamente, foi-lhe entregue fechada e não lhe parece simpático estar a falar dela publicamente. Foram tidos em consideração dois critérios e segundo informações que o Sr. Vereador lhe deu foram dois critérios: da distancia e o critério das boas instalações que tinha Rebordelo, para acolher as crianças da Freguesia de Candedo, sendo este o critério que presidiu. Para terminar referiu que pretendia esclarecer dois deputados que estariam equivocados, dizendo que tinha cessado as suas funções de vereador da cultura na Primavera do ano de dois mil e apenas tinha tomado posse como Presidente da Câmara em Outono de dois mil e cinco, durante este interregno de tempo não teve funções na Câmara Municipal. Referiu não perceber como é que esses senhores que fazem parte há tanto tempo desta Assembleia Municipal, cometem um lapso de memória desta Natureza e com o devido respeito e em tom de brincadeira considerou que não estão preparados para falar de matérias tão importantes. Esclareceu que de vez em quando, lhes fica uma coisa na memória, mas depois não sabem juntar os pontos, porque o que de facto aconteceu foi que não era Vereador da Cultura, nem tinha responsabilidades na Câmara, o Sr. Presidente na altura tinha-lhe pedido para encabeçar uma comissão para reorganizar a Rede Escolar, mas quando saiu no ano de dois mil e três, a famosa lei, na altura em que era Sr. Primeiro-ministro o Dr. Durão Barroso, tinham-lhe dito para parar porque as regras passaram a ser outras. Informou que este documento está guardado na Câmara e na altura previa um pólo em Penhas Juntas, as opiniões mudam.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu ao Sr. Presidente da Câmara e pediu alguma contenção. Considerou que a natureza do assunto que está em discussão, naturalmente

leva a uma discussão longa e perguntou se alguém pretendia fazer novas intervenções apelando para que fossem breves, porque naturalmente existem alguns elementos novos, que tendo o direito e o dever de retorquir.

Inscreveram-se novamente para este ponto os membros:

Dr. António Miguel

Sr. Presidente da Junta de Candedo

Dr. Vicente Fernandes

Sr. Presidente da Junta de Ervedosa

Dr. Carlos Abel

Tomou a palavra o membro Dr. António Miguel para referir que comunga da mesma opinião que o Dr. Vicente, não precisa de a manifestar porque o Sr. Presidente teve a amabilidade de ler a sua opinião, porque o aluno deverá ser sempre o centro das atenções. Referiu ter pena que o Sr. Francim não comungue da mesma opinião, porque o motivo que leva a Ervedosa estar na frente, prende-se com a tradição, e segundo um famoso anúncio a tradição já não é o que era, mas pelos vistos ainda é, vendo que a inovação tem começado sempre em Ervedosa.

Dirigiu a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Ervedosa, para referir que ainda ninguém lhe provou, que o convívio dos alunos com idosos é nocivo para a formação do seu carácter. E a formação do carácter e da pessoa em si, é hoje em dia tão importante no curriculum, como as competências de índole científico, e até agora não acha que vão ser piores pessoas, se estiverem a conviver com idosos. Referiu que irá continuar a insistir no fraccionamento da freguesia de Vale das Fontes e não querendo ser o mensageiro das coisas más, fica à espera que subjacente a isto, não haja outras coisas. Referiu ainda o problema de que há alguns anos, nesta assembleia, discutiu-se que havia muitos alunos do concelho de Vinhais que frequentavam as escolas da Torre e na altura tentava-se descobrir um ponto que fizesse regressar esses alunos ao concelho de Vinhais, com estas medidas, considera que estão a fazer com que mais alunos tenham que ir para a Torre.

Informou ainda que a Lei de Bases que supostamente vem aí, acaba com o princípio da territorialidade e havendo lá um colégio particular, este principio não se aplica. Quanto à intervenção do Sr. Presidente da Câmara referiu que ninguém põe em causa as competências do Dr. Roberto Carlos, nem se quer se atreveria a fazê-lo, porque sebe

que as tem e profissionalmente nunca poderia fazer isso, porque é amigo do Dr. Roberto Carlos. Relativamente à Carta Educativa, referiu ter feito uma pergunta, que provavelmente se esqueceram de anotar, sobre a manutenção da escola da Moimenta. Referiu que a escola aparece no Jornal Mensageiro, como uma das escolas que se irá manter e sobre esta questão ficou sem resposta. E para além desta questão gostaria de saber também, se alguma vez houve por parte da elaboração da Carta Educativa um estudo de outras propostas, que não estas, e se esse estudo incidiu também na vertente económica, nomeadamente no que diz respeito aos transportes escolares, porque serão umas despesas avultadas que a Câmara terá. Quanto às áreas de expressões aparecem no currículo do primeiro ciclo, há muito tempo, a expressão plástica, física, musical. Sobre a questão das escolas do interior não terem música, pediu desculpa ao Sr. vice-presidente porque é uma das suas áreas, e referiu que música aparece no currículo há já muito tempo e não conhece muitas escolas do litoral com condições diferentes das escolas do concelho de Vinhais, para aplicação dessas áreas. Obviamente que aqui a inovação é bem vinda. Quanto aos professores manterem-se três anos, considerou ser verdade que o próximo concurso é de três anos, mas caso o lugar dos professores feche têm um lugar no quadro de supranumerários, portanto se conseguir manter as escolas por três anos, desde que haja critérios claros, considera bem.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Candedo para referir que se o critério foi a distância, Candedo a Vinhais não são vinte e três quilómetros, são menos, por volta de dezasseis e de Espinhoso a Vinhais não são dezasseis, mas sim à volta de onze. Isto depois deduzido em tempo, ainda é muito menos de vinte e oito minutos e de vinte e um. Considerou haver ainda um aspecto importante porque no ano lectivo de dois mil e seis e dois mil e sete, são quatro crianças que vão para o quarto ano, não se justifica por isso que estejam um ano em Rebordelo, porque possivelmente irão passar de ano e em dois mil e sete e dois mil e oito vão para o quinto ano. Posto isto perguntou se no caso dos pais e encarregados de educação optarem por pôr as crianças em Vinhais, se a Câmara lhe irá garantir o transporte.

Tomou a palavra o Sr. Dr. Vicente Fernandes, para acrescentar à sua intervenção, que a situação das escolas de acolhimento é uma situação importante para fazer funcionar as valências, nomeadamente o plano de leitura, que está previsto para o próximo ano lectivo, e todas as actividades de enriquecimento curricular da generalização do ensino

de inglês e as actividades de expressão. É aqui que tem que se ter atenção ás instalações materiais. Considerou haver escolas que eventualmente poderão ter mais alunos que outras, onde existem esses recursos, mas recursos materiais não, existem apenas os recursos humanos. Se a escola for a tempo inteiro, se não tiver instalações como é que irá ser possível? Porque a nível de professores não haverá crise, porque há muitos professores para trabalhar e manter a escola a tempo inteiro. Informou que irão ser colocados, porque o próprio Ministério tem um número de professores, mais que suficiente, para manter a escola aberta durante as oito horas, onde serão postas em prática as actividades extracurriculares, o plano de leitura e por isso considera importante definir, onde vão funcionar essas escolas de acolhimento. Mais uma vez mostrou a sua confiança nas pessoas que fizeram a Carta Educativa, referindo que as pessoas não estiveram a brincar e levaram em atenção todos aqueles elementos que referiu.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Ervedosa que começou por dirigir a palavra ao membro Dr. António Miguel, para perguntar se quando as crianças começam a aprender se começam na turma dos idosos?

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia para chamar a atenção para não entrarem neste tipo de diálogo cruzado. Referiu que quem vai no final de todas as intervenções responder a estas questões, será naturalmente, o executivo na pessoa do Sr. Presidente ou na pessoa do Sr. vice-presidente.

Dito isto, tomou a palavra o membro Dr. Carlos Abel e referiu que não iria tomar muito tempo, embora considere que houve uma duplicidade de critérios porque o Sr. Presidente estendeu-se como quis e em termos de tempo não houve qualquer limitação. O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que ninguém cortou a palavra, seguramente.

O membro Dr. Carlos Abel continuou referindo que o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, desta vez alertou e da outra vez, não alertou. Quanto à intervenção do Sr. Presidente considerou que o discurso foi levado para o lado errado, porque nada se lhe opõe ao Dr. Roberto Carlos, considerou serem amigos e nunca ter estado em causa a sua competência e acrescentou que anda a acabar de ler um livro seu, sobre o Padre Firmino Martins, por isso nada poderão ter contra a pessoa do Dr. Roberto Carlos.

Relativamente ao Dr. Américo Jaime considerou que não respondeu, respondendo. Esclareceu que não vislumbrou os critérios que lhe foram ditos pelo Sr. Presidente. Sobre a acusação de ter falado mal e não ter critérios pedagógicos, esclareceu que falou desde acessibilidades a logística, inclusivamente e em questões pedagógicas. Quanto às pedagogias esclareceu que não tinha dito que era a Câmara que as definia, mas sim que eram as Câmaras que as aplicavam. Considerou que não fica bem ao Sr. Presidente andar a testar a competência a quem quer que seja, e referiu ainda que o Sr. Presidente não tem idade para ser seu professor, nem ele próprio para ser seu aluno e talvez nem lhe reconhece essa habilidade de ser seu professor. Relativamente à questão de Penhas Juntas esclareceu que quando o Sr. Presidente da Câmara disse que tinha um abaixo-assinado, em Fevereiro, por parte das populações de Penhas Juntas à Câmara, referiu que sabe, porque leu, que as populações de Agrochão e Vale das Fontes fizeram o mesmo, sendo que isso foi ignorado e não foram tidos em conta relativamente à Carta Educativa.

Quanto à questão levantada pelo Sr. Presidente da Junta de Candedo, referiu que grande parte dos quilómetros que estão consignados na Carta Educativa, não estão com precisão, sobretudo porque considera que mais do que quilómetros, é tempo e o tempo em si também não está bem consignado. Considerou necessária a abertura que o Sr. Presidente demonstrou, relativamente à discussão e ao facto de a Carta Educativa ser um documento em aberto. Esclareceu que ninguém quer achincalhar seja quem for, como o Sr. Presidente tentou demonstrar no caso do Sr. Vereador e vice-presidente da Câmara. Esclareceu mais uma vez que não estão em causa questões pessoais e que o Dr. Roberto sabe disso, porque não estão a brincar aos políticos, mas sim a falar de coisas sérias. O que está em causa é o interesse do Concelho e aquilo que perguntou ao Sr. Presidente foi se não está subjacente um critério político. Pelo que viu, concluiu que está, porque não lhe foram dados fundamentos suficientes quer pedagógicos, logísticos, quer em termos físicos. Referiu mais uma vez ter visto todas as escolas, fotografou-as por isso sabe do que está falar. Não vê justificação para Ervedosa. O Sr. Presidente da Junta defende a sua capelinha, mas relativamente a isto, têm que justificar o facto de ter duas escolas, com as mesmas condições logísticas e pedagógicas, com a diferença em benefício de Agrochão, que tem doze alunos e Ervedosa tem sete, o porquê de ficar Ervedosa? Considerou a pergunta simples e em sua opinião, não vale a pena vir com rodeios, basta apenas dizer qual o critério e se não foi o político, pretende saber qual foi. Uma vez que é um documento em aberto e o Sr. Presidente não lhe introduziu critérios,



pretendia por isso deixar uma ideia que já foi levantada em tempos como proposta de votação, que depois não chegou a ir a votação, sobre a manutenção das escolas com dez alunos e mais. Esta proposta não chegou a ser votada e por isso, pretende propor como método de estudo e talvez até na própria Comissão Permanente da Assembleia agendar uma reunião sobre esta temática importante.

Por último referiu concordar com a opinião final da Carta Educativa de que deve haver dois pólos, mas não concorda com a convergência que está a ser feita para chegar lá. Considerou que aquilo que se deve fazer é estabelecer um critério, e o seu critério é para manter as escolas suspensas, aquelas que têm dez e mais de dez alunos, até daqui a três anos, e daqui a três anos quando estiverem criadas as condições logísticas e pedagógicas na escola de Vinhais e Rebordelo, fazer-se a integração global. Reconheceu ser muito mais simples, muito mais correcto e entendível, porque as pessoas revoltam-se porque não entendem e mesmo que o Sr. Presidente passe a tarde toda a fazer um discurso e a tentar limpar aquilo que não tem justificação, as pessoas não irão entender. Elogiou mais uma vez a atitude de manter a Carta Educativa em aberto. Independentemente de estar a ser votada agora, ou não, considerou a hipótese de este facto condicionar a sua decisão em termos de votação. Esclareceu que tinham pensado votar contra e se for mantido este critério de manter em aberto, julgarão a possibilidade de votar na abstenção sobre condição desta temática ser discutida na Comissão Permanente e ficar em aberto estas duas questões que levantou: a manutenção de escolas que tenham mais de dez alunos com a convergência daquelas que tiverem menos de dez para os pólos educativos que estão na Carta Educativa e simultaneamente daqui por três anos serem criadas as condições necessárias para a elaboração ideal quer das escolas de Vinhais que não tem polidesportivo, quer pela elaboração da escola de Rebordelo. Considerou esta visão sensata, enquanto todo o resto não se consegue entender.

O Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção e numa primeira questão lembrou que o tempo utilizado excedeu os cinco minutos e numa segunda questão referiu que foi avisado que era a segunda vez e explicou que o seu próprio critério se rege por normas, que irá explicar para que não haja mais dúvidas. Referindo-se à questão do tempo considerou que o Sr. Presidente respondeu a sete ou oito intervenções, por isso, é perfeitamente normal que o tempo do Sr. Presidente seja um bocado mais alargado e lembrou que cada pessoa tem até ver, um número indefinido de intervenções, isto é, há várias pessoas como é o caso de alguns membros que já

interviriam mais do que uma vez. Em relação à questão da Comissão Permanente, lembrou que tal como falou o Sr. Presidente, o que a Sr.<sup>a</sup> Ministra comentou foi que, até dia quinze todo o processo estará ainda em aberto e que já houve duas reuniões da Comissão Permanente e este assunto não foi lá debatido e quanto a isso pensa que este tal como, os outros, podem e devem ser debatido na reunião da Comissão Permanente e quanto ao executivo sempre mostrou abertura para que chegasse à Sede da Assembleia Municipal para poder ser debatido este e outros processos.

Posteriormente passou a palavra ao executivo para opinar acerca destas questões que foram debatidas.

Tomou a palavra novamente o Sr. Presidente, que pediu encarecidamente que fosse fazendo andar as coisas porque havia ainda dois assuntos importantes e pretendia ainda fazer uma reunião com os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Muito rapidamente respondeu ao Membro Carlos Abel que quanto à questão da sua insistência sobre os critérios políticos inerentes não lhe merece mais nenhum comentário. Quanto à questão da proposta de deixar ficar todas as escolas que tenham mais de dez alunos referiu que nem Vale das Fontes nem Nuzedo de Baixo preenche esse critério. Quanto à questão da Torre Dona Chama e antes de explicar pediu ao membro em causa para estar com atenção e para acompanhar o raciocínio e passou a explicar que o antigo executivo pagava aos alunos que fossem para a Torre e que tal situação acabou no dia em que chegou à Câmara.

Quanto à pergunta colocada pela Junta de Freguesia de Candedo prometeu que iria ser analisada. No tocante à questão do pavilhão de Rebordelo, informou que está previsto na Carta Educativa na última página e já recebeu dinheiro do estado, sendo a única obra que já foi recebido dinheiro do estado, para a sua construção. Deixou esta novidade, para que, se quisessem utiliza-la em Rebordelo, sempre lhe dará alguns votos. Por último informou que ainda não foi iniciada a obra porque se aguarda a vinda da restante participação. Tenciona começá-la quando tiver o dinheiro todo porque foi negociado com a DREN pagar tudo. Quanto à pergunta se houve outras versões deste trabalho referiu que sim e que ele próprio cometeu uma asneira levando uma versão ao Porto e rapidamente teve que a ir lá buscá-la quando perceberam que tinham errado. Porque as coisas naturalmente mudam.

Ainda sobre os dois abaixo-assinados, pediu desculpa, pelo facto de se tratar de uma carta das Juntas de Freguesias da zona, assinadas apenas e não de um abaixo-assinado como tinha referido anteriormente. Referiu ainda terem chegado dois abaixo-assinados

da Freguesia de Vale das Fontes e da Junta de Freguesia de Agrochão que foram enviados, no dia seguinte para o Governo Civil para a DREN e para o CAE, facto esse que não tinha sido preciso, porque eles próprios os mandaram e fizeram bem, em sua opinião.

Sobre o assunto da Carta Educativa pediu por último que fosse aprovada da maneira que foi apresentada, sendo certo que, toda a gente percebe o que está em causa, e agradeceu que fosse feito um amplo consenso ao redor desta matéria muito importante.

Sobre a questão da Moimenta referiu que estão a equacionar todas as outras possibilidades. No tocante à questão de Tuizelo referiu que estranhou de certa forma o porquê de na penúltima reunião ter sido feita uma grande discussão sobre a escola de Tuizelo e na presente reunião, nem uma palavra sobre a escola de Tuizelo.

O Sr. Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Câmara e considerou que a Carta Educativa tem que ser votada não podendo andar com esta questão permanentemente em agenda. Esclareceu que todas as questões ali colocadas poderão ser discutidas porque a discussão está em aberto. O Sr. Presidente da Câmara interrompeu para que fosse passado ao ponto seguinte ou então interromper a reunião para poderem ir lanchar, não percebendo qual é dúvida. O Sr. Presidente da Mesa referiu que a Mesa tem o princípio, que já foi repetido, que este assunto em Sede de Comissão Permanente continuará, sendo um aspecto formal. Levou então à votação a Carta Educativa, aprovada por maioria com doze votos contra e seis abstenções.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Candedo apresentou a declaração de voto seguinte:

“ Eu, Jorge Paulo Gomes da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Candedo, faço a minha declaração de voto justificando porque votei contra.

Não concordo de forma nenhuma com a ida das crianças do primeiro ciclo para Rebordelo, podendo estas ir para Vinhais. Torno-me aqui nesta assembleia, porta-voz dos pais, encarregados de educação e população em geral da freguesia de Candedo que partilham da mesma opinião.

Muito obrigado.

## **2.6 – CACOVIN AGROINDUSTRIA, Lda. – Constituição de Sociedade.**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao executivo para apresentação do assunto em causa.

O Sr. Presidente da Câmara usou da palavra declarando que reconhece neste assunto, uma importância muito grande, do ponto de vista estratégico daquilo que é definição da política autárquica para o concelho de Vinhais. Resumidamente explicou que várias instituições nomeadamente a OPP, Câmara Municipal, ANCSUB, Arbórea, começaram a dialogar e a negociar no sentido de constituir uma sociedade, que tem como missão, fazer uma grande dinamização daquilo que é produção de alguns artigos agrícolas do concelho de Vinhais. Considerou ser um investimento enorme de um milhão de euros, não tendo apoios comunitários para já, sendo que a constituição da sociedade já foi aprovada na Câmara Municipal com votos favoráveis de todos os elementos. Pretende por isso que autorizem a participação do município no capital social da empresa em causa.

Considerou também ser um processo complicado em que as negociações decorreram durante algum tempo, sem andar na praça pública, com os órgãos próprios. Informou que a escritura está marcada, caso seja aprovada nesta reunião, para o fim da próxima semana. A pessoa que pela sociedade foi encarregada de demonstrar na Assembleia a maneira como este projecto vai ser implementado foi o Sr. Presidente em exercício da Mesa da Assembleia. Deixou a convicção que iria concerteza desempenhar bem esse trabalho.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu e começou por prestar informações sobre a presença da direcção da Cooperativa. Esclareceu que este é um processo que acompanha na sua actividade de consultor e na sua actividade profissional, há cerca de dois anos, no qual tem vindo a trabalhar com sonho. Considerou que a Cooperativa dos agricultores CACOVIN é uma das associações deste concelho, que naturalmente tem vindo a ter alguma dificuldade em se afirmar e afirmar os serviços no âmbito agrícola. O que se pretende é constituir uma sociedade para fazer a promoção dos produtos agrícolas. Seguidamente apresentou diapositivos e explicou-os. Referiu que num primeiro intuito deste projecto, foi fazer uma intervenção nos armazéns das frutas, que são ou eram propriedade da Cooperativa. A Cooperativa tinha esse bem, decidiu rentabilizá-lo e fazer lá uma intervenção. Prometeu ser breve, apesar de considerar difícil resumir dois anos de trabalho neste processo e estando no local próprio para ser

aprovado, prestará todos os esclarecimentos que possam surgir. Informou que este esclarecimento já foi dado na assembleia-geral das quatro associações, que serão sócias deste empreendimento, que passou a citar: ANCSUB (Associação dos criadores de suínos de raça bisara), OPP, ARBOREA, CACOVIM e Município de Vinhais. Quando a Cooperativa decidiu fazer este investimento na casa das frutas, havia o problema que era a questão dos fundos e do dinheiro, a melhor maneira que poderia ter para concorrer e para obter estes fundos seria lotear o terreno anexo aos pavilhões. Esse loteamento tinha um problema, ou seja, ao pretenderem fazer intervenção industrial, ao lado iriam lotear um terreno para habitação, verificou-se que iria haver um tipo de planeamento errado.

Este processo foi apresentado a ambos os candidatos, aquando as eleições, e o Sr. Presidente aconselhou a fazer a instalação desta unidade na zona industrial. O problema como todos sabem é que a Zona Industrial não tem terrenos disponíveis e assinou-se um contrato promessa, em que a Câmara assumiu os pavilhões das frutas e assumiu o uso do Grémio da Lavoura, isto é, a Cooperativa não tinha dinheiro para fazer intervenção no Grémio, porque o Grémio é propriedade da Misericórdia, paga renda e é um edifício muito digno e por isso era de todo o interesse. A Câmara assumiu os pavilhões, assumiu o passe do Grémio da lavoura e por isso pagou quarenta e três mil contos faseadamente à Cooperativa, cem mil este ano, cem mil no próximo ano e a diferença no ano seguinte. Fez-se a aquisição de pavilhões na Zona Industrial e quem os comprou foi a Cooperativa por mais ou menos cinquenta e cinco mil contos. Tem razoavelmente mil e quinhentos metros quadrados e tem também algum sistema operativo como empilhadores, palete de sistematização, tapete rolante de carga e descarga e sobretudo calibrador com custo de sete mil e quinhentos contos. O custo total foi oitenta e três mil contos pagos da seguinte maneira: vinte e oito mil contos de entrada e o restante em trinta e seis prestações sem juros. Foi comprado a uma entidade privada, sendo este negócio feito em conjunto pela Cooperativa. Cada pessoa que é deste concelho sabe e respondendo à pergunta que o Sr. João colou anteriormente, toda a gente sabe o perigo que é negociar na castanha aqui. A intenção é de fazer uma valorização duma marca local, do nosso produto e há cerca de dois anos atrás, por pouco, não ficaram todos os produtores com a castanha em casa. Por isso, a cooperativa achou por bem que houvesse pelo menos uma tentativa de inverter o processo e de não ficarmos nas mãos de alguns negociantes, com o risco que isso tudo implica. Este investimento não ia focar somente a questão da castanha. Na Zona Industrial haverá o ponto de venda à semelhança com o

que acontece hoje no Grémio. Em certa altura os agricultores disseram que lhes dava jeito ter um ponto de venda na vila, isto é, para carregar uma saca de adubo dava-lhe jeito ir à Zona Industrial mas para fazer as pequenas coisas como ir ao banco ou às finanças por exemplo dava-lhe jeito uma loja na vila. Após a apresentação que o Sr. Presidente da Câmara fez do Plano de Intervenção da Praça do Município, a direcção da Cooperativa achou por bem negociar com a Câmara e incluir este negócio no Parque ao lado da Câmara para coisas mais leves de retalho. Este negócio foi feito em conjunto com a Cooperativa e com a Câmara e o valor da renda foi um valor simbólico de um euro por mês durante trinta anos. As outras actividades que serão desenvolvidas nesta empresa serão as seguintes: entre o lote dos pavilhões e a fábrica da Vífumeiro existe uma estrutura feita em betão que se tentou aproveitar para uma intervenção de fábrica de farinhas. Quem está ligado à agricultura sabe que o cereal não é um objecto da nossa intervenção. Mas há uma coisa que hoje volta a dar rentabilidade que é a palha, por isso as pessoas voltaram-se para algum tipo de produção cerealífera. Continuou a explicar que existe a cultura cerealífera e existe o princípio pecuário de fazer a sua própria ração e com este investimento haverá um aproveitamento da castanha de refugo e um aproveitamento dos cereais, porque hoje os nossos agricultores estão a comprar à Cooperativa da Mirandesa a um preço bastante elevado. Por último existe o investimento das hortícolas, que será uma ideia a longo prazo. Referiu que antigamente para se vender um leitão a um restaurante teria que se matar em casa. Considerou este acto ilegal e informou que agora há uma infra-estrutura que é o matadouro onde se abatem os animais cumprindo as normas higiénico-sanitárias, normas fiscais. O que se pretende é que haja uma metodologia de fabrico que cumpra a lei, lavagens, esterilização e embalagem.

Deu um exemplo simples, alertando os produtores, que plantam rabas ou grelos por exemplo que facilmente poderão ir lá embalar, com marca própria, ou com marca do município ou da empresa. Quanto à questão dos cogumelos, referiu ser uma riqueza que todos os anos se tem subaproveitado e no âmbito desta intervenção pretende-se que haja uma valorização completa dos produtos. O investimento tal como tinha dito o Sr. Presidente ronda mais ou menos os duzentos e pouco mil contos. As obras no interior do pavilhão já começaram e no caso de a Assembleia Municipal negar este investimento naturalmente que a Cooperativa procurará outro tipo de investidores. Relembrou a força que é necessária para uma empresa utilizar o negócio da castanha sendo que é indispensável que a maior parte das associações da lavoura e a Câmara apõem neste

âmbito, porque vai dar seriedade aos criadores, porque se fossem só as associações dificilmente as pessoas que produzem castanha até ver, meteriam a castanha nesta unidade, porque desconfiariam que a castanha poderia não ser paga. A Câmara deixou à consideração das associações e como o investimento é muito alto, as associações tentaram realizar o máximo dinheiro possível e a Câmara subscreveu a diferença. A Cooperativa tem e porque é esse o capital social, subscreveu cinquenta e cinco por cento do capital da empresa, cinco por cento cada associação – ANCSUB, ADS e ARBOREA, sendo a diferença trinta por cento subscrita e realizada pela Câmara. O investimento maior será o da castanha, toda a linha que é necessária para o aproveitamento e a produção da castanha, que totaliza oitenta e cinco mil euros, tudo valores mais Iva. Existem duas fases neste âmbito, que têm a ver com a primeira calibração e embalagem e a segunda tem a ver com a esterilização, aqui os valores, serão muito mais substanciais, cento e oitenta e dois mil euros.

Isto passará por um projecto, existem fontes de financiamento já asseguradas na banca, o investimento só será feito conforme for vindo o dinheiro, e conforme forem aprovadas as candidaturas. A comercialização dos hortícolas é uma comercialização relativamente cara, cerca de trinta mil contos que implica todas as partes transportadoras, lavadoras, a mesa de escolha, etc. Pretende-se o embalamento com uma marca própria que vá aproveitar o nome que já temos em termos de fumeiro. A fábrica de farinhas é um investimento mais leve, será feito um pavilhão muito simples, com o custo de oito mil contos e que totaliza com os equipamentos cerca de vinte mil contos. O que a cooperativa tem, transitará para a nova empresa.

Questionou os senhores membros se pretendiam colocar alguma questão. Inscreveram-se os membros seguintes:

Sr. João Fernandes,

Dr. António Miguel,

Sr. Presidente da Junta de Vinhais,

Sr.<sup>a</sup> Maria José Alves,

Dr. Carlos Abel.

Tomou a palavra o senhor João Fernandes para referiu não ficou esclarecido porque o Sr. Presidente não lhe respondeu à questão colocada anteriormente. Quanto ao investimento referiu que com tanto dinheiro, com tantas liberdades e com tantas associações, provoca-lhe alguma complicação, porque já tem experiência. Os

agricultores são os mesmos que fizeram o agrupamento e o Sr. Presidente na altura era vereador e era advogado, liderando este caso também, sendo que quanto se fez o agrupamento da ANCSUB, votou contra porque considerou que não tinha pernas para andar, porque conhece perfeitamente a nossa agricultura. Está ansioso que ela mude, mas para mudar, tem que mudar também a mentalidade das pessoas, ensiná-las a trabalhar. Porque se repararem o agrupamento não foi a lado nenhum. Tem por isso receio que nos venhamos a meter num poço sem fundo. Considera um bom investimento, mas por aquilo que conhece é difícil de alcançar, por isso julga que será melhor subir um degrau de cada vez.

Tomou a palavra o membro Dr. António Miguel para referir que tal como o senhor João, tem também alguma complicação, apesar de ter assistido à exposição na Comissão Permanente, do projecto tem algumas dúvidas, porque não sendo jurista, não percebe até que ponto não haverá aqui incompatibilidade, porque vê quase as partes todas representadas, sentadas à mesa.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Vinhais para responder ao membro Carlos Abel, no que se refere ao folclore que se faz nesta assembleia. Em sua opinião há coisas que devem ser elogiadas e outras criticadas. Referiu-se à “curva do Celero” para relembrar as coisas que devem ser elogiadas, sem passar por cima delas.

Em relação a este projecto considerou ser um excelente negócio para a Câmara, com algumas dúvidas para a Cooperativa, devendo esta, em sede própria defender os seus interesses. Quanto aos agricultores e uma vez que há tanta falta de emprego, considera este mais uma vez, um excelente projecto. No que toca à Cooperativa, a sua opinião é de que a forma como estava a funcionar não era a melhor, porque os preços eram exactamente iguais aos de outra qualquer casa comercial, com a diferença de a Cooperativa estar isenta de impostos.

Foi feita uma intervenção escrita por parte da Sr.<sup>a</sup> Maria José Alves do teor seguinte:

“Dirijo-me a todos e saúdo-os com respeitosos cumprimentos.

Como todos sabem, dediquei parte da minha vida à agricultura e à Pecuária, trabalhando alguns anos na pecuária, o que me levou a conhecer algumas dificuldades do Concelho e dos Agricultores.



Como é do vosso conhecimento, a Agricultura no nosso Concelho está em decadência, pois não existem infra-estruturas de apoio aos agricultores.

As Associações existentes não têm recursos económicos para investimentos nesta área, como é o caso da Cooperativa, envolvida neste projecto, mas que sozinha não conseguiria dar resposta às questões económicas.

Foi então, que a Câmara Municipal de Vinhais, interessada na valorização do Concelho, resolveu dar apoio à implementação do projecto, conjuntamente com as Associações: ARBOREA, OPP e ANCSUB.

Esta iniciativa, visa dar resposta às dificuldades da produção agrícola do Concelho, nomeadamente da produção da castanha, das hortícolas e farinhas para animais.

A produção da castanha, como todos sabemos, é a actividade mais rentável do Concelho, no entanto, neste processo os lucros maiores são para os negociantes e não para os agricultores. Com este projecto, haverá mais escoamento da castanha, dando assim, resposta a um dos grandes problemas dos produtos, pois muitas vezes são obrigados a vendê-las a preços baixos para conseguirem algum lucro.

No que diz respeito às hortícolas, a produção das mesmas tem estado até agora restrita ao auto-consumo, no entanto, uma vez que os nossos solos apresentam características propícias a sua produção, é necessário criar incentivos para os agricultores. A CACOVIN-AGROINDUSTRIA, visa ainda direccionar a sua acção para uma produção biológica, com o intuito de obter a certificação de todos esses produtos.

Outra iniciativa importante neste projecto é a criação de uma fábrica de farinhas ou rações, aproveitando todos os produtos derivados dos cereais, bem como a castanha de refugo. Desta forma, a semente que o agricultor deita à terra, é aqui cultivada e transformada para os seus animais, tendo assim a garantia do seu escoamento.

Por tudo isto, é importante levar a cabo este projecto e outros que poderão surgir para um maior enriquecimento do nosso Concelho.”

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e passou a palavra ao membro Dr. Carlos Abel. Começou por referir que relativamente a este projecto concorda e considera por isso tratar-se de uma ideia louvável, que tem pernas para andar. Não concorda com a perspectiva do Sr. Presidente da Junta no tocante a Cooperativa. Relativamente ao estudo apresentado foi brilhante na apresentação, embora haja uma situação que não pode ser passada em branco, é necessária para se ter uma decisão clara e inequívoca. Referiu-se à falta de um plano e projectos de

investimentos. Considerou ser necessário saber se é rentável ou se não é rentável. Deu razão ao Sr. João no que se refere as dúvidas de nos podermos vir a meter num poço sem fundo. Por merecer algumas dúvidas a tipologia que foi feita, optaram pela abstenção. Concordaram com a ideia, tal como estava previsto no seu programa, com características sociais diferentes, mas em termos de ideia seria basicamente igual.

No final interveio o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer as questões que lhe foram colocadas.

Quanto ao projecto considerou ser uma unidade social e portanto um negócio e como todos os negócios têm altos e baixos. No tocante às pessoas envolvidas neste projecto, considerou que fizeram os estudos necessários para avançar com ele. Quanto às questões colocadas pelo Sr. João Fernandes, considerou-as muito vagas, não sabendo por isso, o que responder. Concorda com a sua preocupação e com a ideia de mudar mentalidades.

Posteriormente, referiu que a vinda do Dr. Nuno Gomes para esta equipa de trabalho, provoca-lhe um grande orgulho, ao mesmo tempo que lhe causa alguma preocupação porque lhe está constantemente a solicitar trabalho e até hoje não cobrou um cêntimo à Câmara Municipal. Em sua opinião acha justo que comece a cobrar, porque é esta a sua vida. Agradeceu ao Dr. Nuno Gomes a forma delicada como se dedicou a este e outros projectos. Para terminar referiu que a Câmara participa nesta sociedade com muito gosto. Reconheceu a necessidade de mudar mentalidades e construir empresas grandes, juntando instituições e fazer empresas com alguma dimensão para terem alguma força, porque se assim não for não tem hipótese de vingar no mercado. O que a Câmara fez ao entrar nesta sociedade, foi dizer que a Câmara entraria com aquilo que eles não pudessem. A postura da Câmara será sempre uma postura de alavanca. Agradeceu aos presidentes das associações envolvidas neste projecto, porque a nível de capital social, é considerada uma das maiores sociedades privadas, sem dinheiros da comunidade do concelho de Vinhais. Deixou mais uma vez uma palavra de apreço à cooperativa pela atitude que tomou em se juntar, por uma boa causa, a este projecto, sendo eles os sócios maioritários. Agradeceu também à senhora Maria José pela intervenção apresentada e pelo esclarecimento prestado. Deixou o desejo que o maior número de membros desta assembleia votasse a favor.

Tomou novamente a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de uma forma rápida tentou esclarecer algumas questões nomeadamente a dúvida manifestada pelo senhor João Fernandes no que toca ao sucesso da empresa. Sobre esta questão referiu que apenas uma associação envolvida não foi um sucesso, todas as outras foram e são um sucesso. Deixou claro que não faz parte da gerência é somente consultor, tal como o Sr. Presidente da Câmara falou tem acompanhado e patrocinado este processo há cerca de dois anos, sendo que a gerência tem ideia de como este processo corre. Informou a este respeito que o clube produtores que esteve em Vinhais na Feira do Fumeiro, mandou uma minuta contratualizada de escoamento de produtos. Este processo vai demorar algum tempo, não devemos pôr em causa a visão das quatro associações e da Câmara naturalmente, na gestão deste processo. Referindo-se à questão do Dr. Carlos Abel sobre o estudo de viabilidade, referiu que existe um estudo com mil e duzentas páginas. As fontes de financiamento ainda não estão definidas, mas não se anda aqui a brincar ás empresas, o investimento será feito faseadamente e se o investimento não for aprovado no IFADAP, rapidamente o processo será reduzido. O processo está pronto a arrancar em duas vertentes, a venda a retalho e num segundo ponto a castanha, que é considerada prioritária.

Por último respondeu ao Sr. Dr. António Miguel referindo que é uma situação perfeitamente normal, não havendo aqui qualquer género de situação menos explicada ou relação incestuosa entre a Assembleia e a consultoria, que tem sido feita tal como o Sr. Presidente falou, a custo zero até agora. Referiu que este processo tem vindo a ser gerido por si e à posteriori tinha sido eleito para a Assembleia Municipal, talvez por causa destes processos e de outros que este facto aconteceu.

Seguidamente colocou à votação a participação do Município de Vinhais no capital social da empresa CACOVIN – Agroindustria, L.da, tendo sido aprovado por maioria com sete abstenções da bancada do P.S.D.

Usou mais uma vez da palavra o membro Dr. Carlos Abel e referiu que não estava a gostar do tipo de atitude que estava a ser tomada nesta Assembleia, porque não lhe parecia a maneira correcta de estar a fazer bulir este processo. Considerou que estavam a fazer endurecer ambas as posições, sem que houvesse necessidade. Esclareceu que não houve afrontas pessoais com ninguém, porque se conhecem, sendo que o Sr. Presidente está a instigar questões pessoais. Deixou claro que não são questões pessoais que estão na mesa. Quanto à abstenção do PSD esclareceu que consideram a ideia boa, embora

esta bancada talvez não fosse por esse caminho, ou seja, alertou para o facto de ser uma discussão de meios, nunca de fins. Concordam com a ideia mas não com o caminho.

Pedi que lhe fosse facultado a análise de mil e duzentas páginas, e no caso de ser preciso fazer o requerimento por escrito à mesa, manifestou intenção de o resumir em escrito, porque só a partir daí, terão uma verdadeira votação esclarecida sobre esta matéria. Pedi compreensão para o facto de não poder fazer a votação de um dossier onde só lhe é apresentado um investimento. Referiu que têm que ter claramente um projecto de investimento.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e passou ao ponto seguinte.

## **2.7 – Participação Social do Município de Vinhais nas Sociedades Hidroeléctricas do Rabaçal Ponte, Lda. e do Pinhel, Lda. – Alienação de Quotas.**

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara e no tocante à questão referiu que foi recebido por todos um documento que é constituído por uma análise jurídica e financeira de um negócio de alienação das participações do Município no capital social das Sociedades Anónimas que estão em causa. Resumidamente explicou que há mais de seis ou sete anos a Câmara entrou no negócio das barragens que estão localizadas junto de Rebordelo, a chamada barragem Rabaçal Ponte e a barragem do Pinhel. A Câmara entrou na altura com dez por cento do capital das duas barragens. A ENERSIS que era na altura o grande patrão da energia hídrica em Portugal, entrou com sessenta e tal por cento e a EHTV que é uma empresa constituída pelas Câmaras do Barroso, entraram com vinte e dois por cento. Esta empresa foi constituída nessa altura, fizeram-se as hídricas, as barragens, as centrais de produção eléctrica e quando ficaram concluídas aconteceu um acidente. Os cabos eléctricos de média tensão que transportavam energia caíram, devido ao gelo na altura. A Câmara teve que entrar com dinheiro sob a forma de suprimentos que aparecem bem explicados. Não só a Câmara, mas sim as outras instituições todas. Quando se preparava para produzir energia eléctrica no ano passado, não foi possível porque não havia água, o que significa que destas duas empresas até à data a Câmara recebeu zero de dividendos. Foram confrontados com a notícia durante este ano que uma empresa austríaca se preparava para comprar a ENERSIS Portuguesa. A ENERSIS Portuguesa é uma empresa enorme que tinha interesses em diversos

investimentos no país e também era maioritariamente dona das nossas duas barragens. Chegaram junto da Câmara de Vinhais e da EHTV, empresa constituída pelas Câmaras de Chaves, Vila Pouca, Ribeira de Pena, Boticas e Montalegre para informar que compraram sessenta e seis por cento à ENERSIS. Propuseram-nos a compra, porque iam aumentar o investimento, porque caiu um túnel. Foi feita uma reunião com as Câmaras do Barroso e chegou-se à conclusão que tinha que se vender. Informou que no caso da Câmara de Vinhais tinha lá em depósito, em dinheiro vivo, cento e quarenta e tal mil contos, e com esta situação teria que se entrar com muito mais dinheiro. Considerou não haver dinheiro para um negócio em que não se vê lucro. Este foi o primeiro motivo e num segundo motivo referiu que era requisito dos novos investidores que as Câmaras entrassem com o dinheiro necessário, porque não pretendiam ir à banca buscar dinheiro para compor o túnel. Referiu ainda um terceiro motivo, em sua opinião o mais importante e passou a explicar que quando a Câmara é sócia de uma sociedade com um capital social inferior a cinquenta por cento, não manda, porque manda nas sociedades quem for o dono maior. Foram feitas reuniões com representantes da empresa austríaca em Portugal que continua a ser a ENERSIS e ficou acordado alienar estas participações pelo valor proporcional ao das Câmaras do Barroso. Assim sendo, o total investido nestas duas barragens, em números certos, eram setecentos e setenta e um mil euros e o que eles propuseram pagar agora foi um milhão, duzentos e setenta e quatro mil euros. Considerou ser uma valorização que no caso da quota ultrapasse os cento e oitenta e dois por cento, por isso um excelente negócio a venda destas participações sociais. Referiu mais uma vez que se trata de um negócio bom, para ambas as partes e está por isso convencido que apoiado naquilo que é a opinião das outras Câmaras, que têm um economista a tempo inteiro só para tratar deste assunto, se irá fazer um bom negócio vendendo ao mesmo preço. Informou que este assunto foi levado à reunião de Câmara e que lhe foi colocada a questão de como é que isto iria ser pago. Referiu que iria ser pago de uma só vez, no fim da próxima semana, facto que agradeceu imenso porque as despesas estão a ser grandes. Uma outra questão que lhe foi colocada prende-se com o que vai ser feito com este dinheiro. Sobre esta questão referiu que será para investir, por exemplo nesta sociedade que se acabou de aprovar, a qual vai ter uma participação da Câmara de trinta mil contos. Referiu também que vêm aí as obras do QREN – Quadro de Referências de Estratégia Nacional, em que a Câmara precisa de ter dinheiro para as poder levar a efeito. Tinha solicitado ao Consultor Jurídico da Câmara, que mantêm a sua independência em termos deontológicos tal

como o estatuto lhe impõe e pediu ao Dr. Nuno que se deslocasse à sede destas empresas para que depois lhe fosse dada uma opinião e explicação, em como e em termos de números iria funcionar. Foram elaborados dois documentos para levar à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal a informação suficiente para que se possam pronunciar em consciência. Pediu a todos que retivessem dois pontos, no ponto um passou a explicar que parte deste dinheiro gostaria de ver reinvestido em energias renováveis no Concelho de Vinhais, em Hídricas e em Eólicas. Informou que neste momento têm duas candidaturas para duas Hídricas no Concelho de Vinhais, mas ambas são investimento privado. Pôs em dúvida a participação da Câmara nelas uma vez que os donos desses alvarás são pessoas privadas. Considerou que só se estes investidores quiserem é que a Câmara entra no capital social dessas duas empresas. A barragem das fragas amarelas que se situa entre a aldeia do Brito de Baixo e Vale de Janeiro, está proibida pelo Ministério do Ambiente, porque foi dado parecer negativo pela Câmara Municipal, sendo que neste momento o investimento não pode ser realizado. A Câmara anda a ser pressionada para que dê luz verde no sentido de dar parecer favorável. Outra barragem é no antigo viveiro das trutas que pertence ao Sr. Eng. Barreira. Deu instruções claras aos serviços administrativos da Câmara para formalizarem o pedido de a Câmara querer participar no capital social destas duas empresas. Portanto, se for possível algum deste dinheiro será canalizado para estes investimentos. Referiu um terceiro investimento no qual manifestou o desejo que a Câmara aproveitasse, referiu-se às energias do vento. A Câmara faz parte duma empresa designada por PENOG, da qual fazem parte além da Câmara de Vinhais, Macedo de Cavaleiros e Bragança, para instalar energia eólica na Serra da Nogueira e na Serra de Bornes. Este processo encontra-se extremamente atrasado, sem prejuízo de um dia se vir a agendar uma reunião, para este aspecto concreto e também para poder dar o seu humilde contributo para essa discussão, embora considere que já não vale a pena dizer o porquê destes processos estarem atrasados. Relembrou mais uma vez que se depender da Câmara, e convicto também da opinião da Assembleia, parte destas receitas serão encaminhadas para investir outra vez em energias renováveis.

Para terminar esclareceu ainda que na última página onde diz valor da venda aparece capital social setecentos e oitenta mil euros de quotas e depois aparece protocolo com trezentos e trinta mil euros, que equivalem a sessenta e seis mil contos que são pagos ao abrigo da lei do mecenato, ou seja, são dados sobre a forma de doação, não entram na escritura. De todas as Câmaras, a Câmara de Vinhais, após decisão recente, é a única

que vai distribuir parte deste dinheiro para as Juntas de Freguesia porque as barragens são do concelho, embora o dono efectivo seja a Câmara Municipal. A Câmara irá distribuir parte deste dinheiro como subsídio directo para todas as Juntas de Freguesia, tendo em conta critérios que poderão ser os do F.E.F., não será igual para todas. Considerou ser um gesto de boa vontade, no sentido de envolver as Juntas, a população e o povo do concelho para perceberem que o património é de todos e como tal deve ser defendido.

As aldeias de Rebordelo e São Jumil serão distinguidas pela positiva porque são as aldeias mais próximas das barragens e são aquelas que mais prejudicadas ficaram. Depois do esclarecimento pediu que esta proposta fosse acolhida da melhor forma.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia agradeceu a intervenção e questionou os Senhores membros se alguém pretendia intervir neste ponto.

Inscreveram-se os membros seguintes:

Dr. António Miguel;

Dr. Carlos Abel;

Sr. Presidente da Junta de Ervedosa.

Tomou a palavra o Dr. António Miguel para pedir esclarecimento sobre a venda da participação nas mini-hídricas com dez por cento para investir em mini- hídricas.

Questionou o Sr. Presidente da Câmara se a participação da Câmara nas mini- hídricas privadas será também na ordem dos dez por cento, ou se será para ter uma posição maioritária para o controle dessas mini-hídricas.

Tomou a palavra o Dr. Carlos Abel para corrigir um aspecto da intervenção do Sr. Presidente, uma vez que fez a pesquisa e verificou que a participação inicial não era da ENERSIS mas sim da ENGIL. Não percebe o porquê de se ter cometido esta imprecisão. Corrigiu também que a firma não foi comprada pelos austríacos mas sim pelos australianos. Em sua opinião pessoal considerou que economicamente o estado não se deve meter em situações com privados, nem investir de forma privada. Nesta situação abriu uma excepção pela redução dos próprios fundos comunitários e pela redução do próprio financiamento. Relativamente às autarquias referiu ser à partida um negócio rentável. Quanto ao estudo que está subjacente a esta sessão de quotas por parte da Câmara, considerou haver também alguma incoerência porque a Câmara quando

vende alguma coisa e quando realiza cento e oitenta e dois por cento de mais valia, relativamente à quota inicial, a empresa que está a comprar está-lhe a pagar os lucros futuros. Uma entidade privada não pega num investimento para dar prejuízo, por isso se compra a quota da Câmara, compra porque vai ter encaixe financeiro. Relembrou que numa Assembleia o então vereador Sr. José Rodrigues disse que se ficasse pronto em dois mil e três, dois mil e quatro, esta firma só começava a desembolsar dividendos em dois mil e sete, dois mil e oito. Portanto não poderíamos exigir a esta firma que começasse a dar já rendibilidade, quanto em termos de planos de investimento, isto só está consignado a partir de dois mil e sete, dois mil e oito. Referiu haver uma certa incoerência relativamente a esta situação, no que toca ao projecto inicial de investimento. No tocante à questão da unanimidade que houve na Câmara, referiu que o Sr. Presidente se esqueceu de dizer porque é que houve essa unanimidade na Câmara e considerou que desdisse aquilo que disse na reunião de Câmara. Nomeou o vereador Dr. Manuel Gonçalves para encomendar um estudo de investimento alternativo a esta situação, tendo já um destino a dar ao dinheiro. O que se passou afinal foi para ganhar o voto a favor dos vereadores do PSD e agora volta com a palavra a trás, porque já sabe onde vai investir. Dirigindo ainda a palavra ao Sr. Presidente considerou que faz muito bem distribuir o dinheiro pelas Juntas de Freguesia, porque as Juntas de Freguesia têm que ter autonomia, e essa autonomia só vem quando as Juntas tiverem maior independência financeira. Quanto ao facto de deixar de investir em hídricas para investir novamente em hídricas com posições maioritárias, considerou não fazer sentido. Se a posição da Câmara, do executivo é de facto voltar aquilo que foi decidido, em termos de vereação, que seria estudar e analisar em reunião de Câmara investimentos alternativos, o voto desta bancada será concordante, caso contrário votarão na abstenção.

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa e no tocante à questão das hídricas referiu ter falado várias vezes neste assunto e ter alertado para o facto de ficarem prejudicados, porque o que os investidores queriam era somente levar o dinheiro. Andou oito anos a batalhar nisto e conhece por isso casos de investidores que ganharam muito dinheiro. Referiu um caso particular de um investidor que investiu quinhentos contos e recebeu trezentos mil, tendo apenas a água do Tuela que é de todos nós. As populações envolvidas foram sempre prejudicadas. Informou que dia vinte e nove vão com os representantes dos estrangeiros a tribunal, porque abusaram dos caminhos da sua freguesia. Quanto ao negócio considerou ser sem dúvida um bom



negócio para a Câmara e este facto só se deve porque o Sr. Presidente pertenceu à administração das hídricas, ou seja, era o representante da Câmara na administração e sabia provavelmente estes valores. Quanto ao dinheiro para as freguesias concordou, porque a Câmara recebe uma renda que também pertence às Juntas.

Foi passada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para esclarecimentos das questões que lhe foram colocadas.

Ao Dr. António Miguel explicou que as sociedades são privadas por isso será aquilo que autorizarem, sendo certo que tal como aconteceu hoje na situação da Câmara quanto à sociedade da CACOVIN – Agroindustria, Lda, provavelmente que esta Assembleia se pronunciará na altura sobre a quota que se conseguirá nessas empresas.

Ao Dr. Carlos Abel referiu não ter percebido muito bem o que quis dizer na questão de lhe apanhar o voto. Deixou claro que os vereadores do seu partido tem tido uma conduta digna na Câmara Municipal, têm votado as propostas de acordo com a sua consciência e têm uma postura correcta. O que realmente se passou foi outra situação, em que o Sr. Vereador Manuel Gonçalves fez a proposta e a Câmara investiu nas barragens. Esclareceu a conversa que teve com o Sr. Dr. Manuel Gonçalves e a intenção deste investir nas barragens e que na altura o informou que o alvará pertencia ao seu cunhado, agradecendo-lhe imenso se conseguisse apresentar um estudo no prazo de seis meses à Câmara. Deixou claro que aceitará esse estudo, onde existe uma base de investimento para o concelho de Vinhais.

Posta à votação e alienação da participação Social do Município de Vinhais nas Sociedades Hidroeléctricas do Rabaçal Ponte, L.da e do Pinhel L.da. – foi aprovada por unanimidade.

## **2.8 – 1.ª Revisão ao Orçamento da Receita, 2.ª Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.ª Revisão ao P.P.I.**

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara para referir que este assunto é muito simples. Explicou que se destina ao reforço de rubricas orçamentais de obras que andam mais rápido por contrapartida de outras que ainda não foram iniciadas, bem como para dar entrada ao saldo que transitou do ano anterior

Passou-se de imediato à votação sendo aprovada por unanimidade a 1.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Receita, 2.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento da Despesa e 2.<sup>a</sup> Revisão ao P.P.I.

### **2.9 – Distribuição do Resultado líquido de 2005.**

Tomou novamente a palavra o Sr. Presidente da Câmara onde referiu que se iria limitar a ler a informação que lhe foi transmitida pelo Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, onde o que interessa é o último ponto, ou seja, a conclusão na qual está a informação de reintegração do saldo que vem e que consta na contabilidade deste ano.

Passou-se à votação tendo sido aprovado por unanimidade a distribuição do resultado líquido de 2005.

O Sr. Presidente da Câmara aproveitou o momento em que se estava a aproximar o final da reunião para solicitar aos Srs. Presidentes de Junta que não se ausentassem porque havia dois assuntos importantes para serem tratados depois de terminada a reunião.

### **3 – Período Reservado ao Público.**

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia questionou se alguém por parte do público desejava intervir neste ponto. Ninguém manifestou intenção de intervir.

Terminou a Sessão eram dezoito horas e dez minutos.



|

|